

I. O VERBO

1. “UM JORNAL PRÁ LANÇAR UMA MENSAGEM TEM QUE DIZER A VERDADE VONTADE DE TODOS EM UMA SÓ RAMAGEM”⁴⁹

*Sem um jornal, um impresso de qualquer gênero, você
jamais poderá unir uma comunidade*

[Ben Kingsley, no papel de Mahatma Gandhi, em filme de 1982]

Editado de modo artesanal, a partir de um original em estêncil, impresso em mimeógrafo e fotocopiado, o jornal comunitário União da Maré circulou em doze edições de periodicidade irregular⁵⁰, entre

⁴⁹ Este capítulo foi originalmente apresentado sob a forma de artigo nos XIII Encontro de História da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro (Anpuh-Rio) e 32º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), respectivamente nos STs *Imprensa e Memória e Democracia, Comunicação Política e Eleições*. E também como trabalho final para a disciplina *História Política do Brasil Republicano (Mídia)*. Agradeço, portanto, aos comentários dos colegas de ST, em especial das professoras Laura Antunes Maciel (Anpuh-Rio), Marta Emisia Jacinto Barbosa (Anpuh-Rio) e Alessandra Aldé (Anpocs).

Sobre a consideração da professora Marta Emisia de que não basta apenas chegar à materialidade, ao produto final, mas que é preciso levar em conta a rede de relações que culmina nessa materialidade, eu respondo dizendo que, ao falarmos de um universo micro/local, como é o da área da Maré, as redes de relações se fazem presentes nas próprias materialidades. Basta que se acompanhe a intimidade com que tratam o leitor os colaboradores do União da Maré, e a liberdade que eles próprios têm de citar seus nomes em meio às lideranças comunitárias que figuram nas páginas do jornal. Não é difícil identificar, em diálogo com os moradores, a participação e as relações de S. Hildebrando, por exemplo. Assim é que, apesar de utilizar apenas o jornal como fonte primária, minha análise não se circunscreve a sua materialidade somente.

⁵⁰ A intermitência em jornais comunitários é um aspecto relativamente comum. As edições do União da Maré se referem às datas especificadas na tabela 1.1. Todas as edições pesquisadas pertencem ao acervo do Arquivo Dona Orozina Vieira, do Centro

janeiro de 1980 e dezembro de 1982, pela área da Maré, Bonsucesso, Ramos e adjacências, bairros do Rio de Janeiro. Com um objetivo editorial claro, o jornal enfatizava as virtudes do associativismo e do deliberativismo no meio comunitário, e lutava contra a cooptação de lideranças nas associações de moradores pelo poder público, acima de tudo, apresentando uma apaixonada defesa da transparência nas atuações do Governo Federal na favela. Tomei conhecimento de sua existência ainda antes de minha primeira visita ao Museu da Maré, quando buscava informações suplementares para o projeto que então subscrevia ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, ao qual hoje estou vinculado. Conversando com Carlinhos por telefone, combinamos que ele me remeteria um trecho da recém-aprovada dissertação de sua esposa, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, no mestrado profissional do mesmo programa. Foi o que ele fez, na esperança de que o trecho que ele havia me enviado pudesse ser útil nas minhas aspirações de estudar os meios de comunicação da Maré.

O trecho em questão era precisamente o capítulo intitulado “Um projeto político: Projeto Rio”. Confesso que eu ainda não tinha dimensão do episódio do Projeto Rio para esta minha dissertação, de modo que, ainda que pudesse situar historicamente os fatos, não pude imaginar o quanto aquele período preencheria meus estudos dali para diante e como ele de certa forma se constituiria no marco cronológico inicial de minha pesquisa. O capítulo de Cláudia Rose comentava sobre as articulações políticas tanto do poder público quanto dos moradores a fim de defender seus interesses particulares no resultado das obras promovidas pelo Governo Figueiredo na região. Para ilustrar algumas passagens, o jornal comunitário foi utilizado como documentação textual e iconográfica (nos anexos de seu trabalho). Foi também a partir de sua dissertação que fui apresentado ao União da Maré como um veículo eminentemente político, de cunho militante. Mas, no texto de Cláudia Rose, o jornal

aparecia apenas como suporte documental, quando muito como fonte de pesquisa – mas jamais como seu objeto⁵¹. Ou seja, sua preocupação mantinha-se em analisar a apropriação histórica da Maré por ela mesma, indicando, quando fosse o caso, como o discurso do jornal parecia apontar para um esforço de “união”, de congregação entre as comunidades da área da Maré, uma região que até então não era vista como unitária.

Tabela 1.1

edições do União da Maré*	data da edição
edição zero	janeiro de 1980
edição 1	fevereiro de 1980
edição 2	maio de 1980
edição 3	*
edição 4	dezembro de 1980
edição 5	janeiro de 1981
edição 6	fevereiro de 1981
edição 7	março/abril de 1981
edição 8	agosto de 1981
edição 9	novembro de 1981
edição 10	janeiro/fevereiro de 1982
edição 11	março/abril de 1982
edição 12	dezembro de 1982

* cf. nota 2.

⁵¹ Ainda que se constituísse como fonte primária na pesquisa de Cláudia Rose, eu não consideraria o jornal União da Maré como um de seus objetos, uma vez que sua função, na dissertação, é apenas de referenciar, de contextualizar. Cláudia utiliza – e bem – o jornal como suporte documental, mas não o analisa em particular.

De início, não me dei conta da riqueza do material. Mas, uma vez em campo, quando vi exposta no Museu da Maré uma das edições do jornal comunitário na vitrina que guardava a documentação sobre a mobilização dos moradores durante as fases iniciais do Projeto Rio, achei que poderia explorá-lo de forma mais incisiva, incorporando-o como um estudo de caso. Para minha surpresa, descobri que o Arquivo Documental Orosina Vieira, guardava quase todas as edições do jornal, que haviam sido doadas por Eliana Sousa Silva, ex-presidente do Ceasm. Eliana chegara mesmo participar da produção de um outro jornal comunitário, que circulara em época próxima à do União da Maré, o chamado *Jornal da Chapa Rosa*. A Chapa Rosa era o grupo que ela mesma liderava, assim conhecido por conta da maciça presença feminina entre seus membros, e que em 1984 obteve vitória no pleito para a direção da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH), interrompendo o ciclo de mais de quatro anos, desde a criação da AMANH, de influência direta da Fundação Leão XIII nos assuntos de interesse dos moradores. O Grupo Jovem da Nova Holanda, congregação de motivação político-religiosa que deu origem anos depois ao movimento da Chapa Rosa, colaborava ativamente com o União da Maré, sugerindo pautas e assinando algumas colunas.

O interesse de Eliana pelos jornais impressos comunitários e pelos meios de comunicação de maneira geral a levou a tomar parte também na criação do jornal *O Cidadão*, em junho de 1999. Antes disso, porém, Eliana já havia aparecido longamente durante quatro ininterruptos minutos no programa-piloto da *TV Maré*. O programa, com 24 minutos no total, cedia espaço, como veremos, a Eliana, então em seu quinto ano à frente da diretoria da AMANH. Empunhando o microfone e sozinha no enquadramento, como se ela própria fosse a âncora do programa, ela discursa sobre a importância do debate, da informação e do trabalho de base na comunidade:

A gente precisa fazer um outro tipo de trabalho, que leve os moradores a refletirem sobre a necessidade de mudar outras coisas. Por isso, eu estou trabalhando com a questão da informação, com a questão da divulgação, do trabalho. Por

isso, a valorização da gente conseguir montar um equipamento de som na comunidade. Por isso, a gente conseguir falar para a comunidade. Por isso, eu até louvo essa iniciativa de você ter hoje uma *TV Maré*, quer dizer, porque é mais um instrumento que os moradores estão, a nível de Maré, conseguindo ter para poder se organizar. [Eliana Sousa SILVA, in TV MARÉ, 1988]

É interessante notar como a trajetória de Eliana, assim como a de Carlinhos, Marcelo e outros tantos personagens desta dissertação, esteve sempre interligada com experiências de comunicação comunitária.

Mas aqui não me circunscrevo à iniciativa de Eliana e do Grupo Jovem da Nova Holanda apenas. Tampouco falarei de imediato sobre a experiência da *TV Maré*. Notadamente estou preocupado em avaliar o papel do jornal *União da Maré* como o “primeiro instrumento de comunicação dos moradores a trabalhar a concepção de um bairro a partir das localidades da área da Maré” [SILVA, 2006]. Foi esta a especificidade que primeiro me chamou a atenção no jornal comunitário, a partir do olhar de Cláudia Rose. Assim, deslocando as edições impressas de fonte a objeto de minha análise, creio poder acrescentar à visão sobre o *União da Maré* um caráter de mediação entre o poder público e os moradores da área da Maré que percebo como fundamental na essência da prática jornalística. Portanto, mais do que traçar a evolução histórica e política da noção oficial do bairro Maré, como uma região que integra 16 comunidades de origens heterogêneas, pretendo acompanhar como esta construção identitária passa pela apropriação, por parte dos moradores da favela, de ferramentas de comunicação comunitária através de experiências de jornalismo participativo e cidadão.

1.1. A união faz a força: associativismo e deliberativismo

*Eu, Complexo da Maré, grito por socorro e
peço humildemente que vocês me ouçam*

[Maria Euzete, moradora da Maré, em crônica publicada pelo jornal *O Cidadão*]

O União da Maré foi idealizado por um grupo de moradores do Parque União, ao que, em seguida, se somaram correspondentes do Parque Rubens Vaz, da Baixa do Sapateiro, da Nova Holanda, de Roquete Pinto, e mesmo de Marcílio Dias, a comunidade mais afastada, que somente mais tarde passaria a integrar a região administrativa da Maré.

A intenção de conformar uma identidade comum, uma identidade “mareense” – como em fins da década de 1990 outro jornal comunitário, *O Cidadão*, viria a chamar – estava clara desde o princípio no discurso do União da Maré. Já em seu número zero, de apresentação, o jornal trazia, além do próprio nome como referência explícita não só ao Parque União mas à “união” da Maré em torno de um caráter comum, um curioso selo de uma flor que representava as comunidades como pétalas. Inicialmente com seis pétalas⁵² (Rubens Vaz, Nova Holanda, Roquete Pinto, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau) e mais o miolo (Parque União), a flor passa a contar somente com sete pétalas, na sua edição de número 5, sendo a sétima justamente o Parque União, que, então, somava-se às demais como uma igual. Os versos que encerram o editorial do nº zero [originalmente escritos em letras capitulares], além de se reportarem ao selo da flor, de certa forma apontam para uma voz comum da Maré e ainda sinalizam para uma compreensão do ethos jornalístico como missão:

Um jornal pra lançar uma mensagem

Tem que dizer a verdade

⁵² À época, como veremos, estava em fase de implantação o Projeto Rio, que daria origem à Vila do João e ao Conjunto Esperança, e mais tarde à Vila dos Pinheiros e ao Conjunto Pinheiros. Os conjuntos habitacionais Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiro (também conhecido como Salsa e Merengue) foram erguidos mais adiante, pela Prefeitura Municipal.

Vontade de todos em uma só ramagem

Durante toda a experiência do União da Maré, no entanto, chama a atenção a ausência de correspondentes do Morro do Timbau e do Parque Maré [cf. tabela 1.2], apesar dos insistentes pedidos dos redatores do jornal para que alguém dessas comunidades assumisse o posto: “Agora temos mais uma comunidade em nosso jornal: *Nova Holanda*. Já somos 4. Falta o pessoal do Parque da Maré; Timbau”.

Tabela 1.2

colaboradores do União da Maré	comunidade*	edições em que colaboram*
Francisco	Parque União	4, 5, 9, 10, 12
João Carlos	Parque União	4, 5, 9, 10, 12
Adalmário	Parque União	4, 5, 9, 10
Daniel	Parque União	12
Renato	Parque União	9, 10, 12
Hildebrando [†]	Baixa do Sapateiro	4, 5, 9, 10, 12
Marieta	Baixa do Sapateiro	12
Maria Amélia [†]	Nova Holanda	4, 5, 9, 10, 12
Hilda	Nova Holanda	9
Alúcio	Rubens Vaz	5, 10, 12
Branca	Roquete Pinto	9, 10
Carlos		5
Marcelo		5
Paulo Sérgio		5
Luís Carlos		5
Padre Valter [†]	-	zero

† Os colaboradores marcados com este símbolo já tiveram seu falecimento confirmado por outros moradores e lideranças comunitárias.

* Algumas edições não fornecem ou fornecem os dados dos colaboradores de modo incompleto, razão pela qual não foi possível completar esta tabela com total precisão.

Como parte dos esforços para chamar mais atenção à necessidade de que as comunidades da área da Maré se unissem em torno de reivindicações comuns e, assim, ganhassem força é que vejo como estratégica a participação anunciada de colaboradores de Marcílio Dias, um centro social tratado como comunidade que se localiza próximo à favela Kelsons e até então estava circunscrito à área da Penha. “Marcílio Dias foi incluída [na edição 9 do jornal], a partir da luta que travava com o Estaleiro Engenharia & Máquinas S.A., mais conhecido como Emaq, para preservar sua saída para o mar” [SILVA, 2006].

A ausência sobretudo de colaboradores do Timbau provavelmente se deve a divergências entre as próprias comunidades. Ernani da Conceição [in GRYNSPAN; PANDOLFI, 2003:169] lembra que

O pessoal do morro do Timbau, por exemplo, é igual ao pessoal do Parque União; nunca se consideraram muito moradores da área da Maré, nem se identificam como da área da Maré. [...] Cada comunidade ali tem uma história de ocupação: o morro do Timbau foi ocupado desde o início por militares; o Parque União era um galpão de fábrica que foi sendo habitado. Por isso, [...] O morro do Timbau e o Parque União se julgam a zona sul da região da Maré. Isso gerou muita competição.

Um dado que corrobora a afirmação de Ernani é o do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), conforme listado por Jailson de Souza e Silva [2003:20], que reúne as principais comunidades da Maré em relação às demais favelas cariocas. Na tabela, apenas o Morro do Timbau (56º) e o Parque União (61º) foram posicionados entre os cem melhores índices. Por evasivo que seja, o dado me aponta ainda na direção do que afirma Zaller [1998], segundo o qual o papel das elites é interpelar e dar um sentido competitivo a uma idéia, direcionando por assim dizer a opinião pública.

Posso citar ainda que o trabalho realizado na Capela de Santo Antônio, vinculada à Igreja dos Navegantes no Timbau, e que

mais tarde viria culminar nas reuniões da Pastoral da Juventude, se iniciou somente em seguida, em fins da década de 1980. As atividades da Pastoral da Juventude foram importantes por colocar em contato grupos jovens de diferentes comunidades, como os de que participavam Eliana, Carlinhos, Cláudia Rose, entre outras lideranças atuais do Ceasm.

Mas a despeito do papel, como *experts* [cf. ZALLER, op. cit.], dos três moradores do Parque União que idealizaram o União da Maré, e da ausência de correspondentes em cada uma das sete comunidades que então compunham a Maré, o jornal se pretendia um “veículo de união dos moradores” [ed. zero], um “informativo da Área da Maré” [ed. 12]. Há uma linguagem claramente pedagógica em seus textos: “O caminho para se resolver os problemas internos de uma comunidade são as assembléias e as reuniões dos moradores. É aí que as pessoas se manifestam, dão suas opiniões e decidem o melhor caminho a ser tomado” [ed. 3], “A região da Maré possui 65.810 habitantes. É incrível que todo este povo não possui uma vida comunitária organizada” [ed. 9].

Cobrando informações acerca da evolução do Projeto Rio – primeiro programa executado pelo Promorar, uma iniciativa do Governo João Figueiredo através do Banco Nacional de Habitação (BNH) –, cujo objetivo era sanear a Baía de Guanabara e recuperar as faixas alagadas ocupadas por palafitas, os redatores do jornal compunham editoriais, artigos noticiosos, organizavam abaixo-assinados e patrocinavam reuniões mensais entre os moradores. As reuniões costumavam ocorrer no primeiro domingo de cada mês, pela manhã, na sala da Capela do Parque União, uma vez que a associação de moradores do Parque União, que chegou a ceder o espaço de sua sede para os primeiros encontros, passou a não apoiar mais a iniciativa.

Como “instrumento de informação mobilizadora” [BOURDIEU, 1997:92], o jornal União da Maré freqüentemente pautava: o aumento do preço da luz, que era fornecida pela concessionária e operacionalizada pela associação de moradores; os problemas na

estrutura das passarelas da Avenida Brasil; a agressão policial; os vazamentos de água e esgoto; o serviço de entrega de correspondências, ora feito por um “carteiro bêbado”, ora relegado às associações já que os Correios não entravam na favela. As pautas internas⁵³ repercutiam o cotidiano dos moradores segundo a lógica do “extraordinário ordinário” [id.:26-7], a mesma que empregam os grandes jornais e veículos de comunicação, mas, por operar em escala comunitária, a identificação gerada a partir destas pautas conferia ao União da Maré o caráter de jornal feito “pelas nossas próprias mãos” [ed. zero] ou ao menos por um “grupo de moradores empenhados em contribuir com o desenvolvimento cultural e administrativo da comunidade” [ibid.].

Mobilizando todos os setores de produção da atividade jornalística – apuração, reportagem, redação e distribuição –, o União da Maré se constitui, a meu ver, em uma pioneira experiência de jornalismo cidadão de base comunitária. Como veículo de imprensa opinativa, seu objetivo era fomentar a participação da população local no debate político, incentivando para tanto a formação de uma “esfera pública mareense”.

Uso a noção de “esfera pública”, notabilizada por Jürgen Habermas, sempre entre aspas, para evidenciar que não estou alheio às discussões travadas acerca dos usos conjunturais desta

⁵³ Divido em dois tipos as pautas mais comumente noticiadas pelo União da Maré, a saber: *pautas internas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano local) e *pautas externas* (que se referiam aos problemas e ao cotidiano de outras localidades). As pautas internas traziam, em sua maioria, assuntos relacionados às demandas dos moradores, mas há casos em que o jornal, agindo como instrumento de repressão moral, criticava determinados grupos de moradores (há pelo menos dois casos curiosos: o de um artigo que criticava o fato de alguns moradores jogarem lixo no chão e o de outro que criticava alguns moradores por criarem porcos soltos pela favela). As pautas externas, por sua vez, normalmente se referiam a temas semelhantes aos enfrentados pelos moradores da Maré (um artigo que comentava o assassinato de uma criança na Rocinha, um artigo que comentava o abandono das instalações do Hospital Albert Schweitzer, em Padre Miguel) ou que, de alguma maneira, os interessavam (um artigo sobre as mudanças no sistema de aposentadoria, um artigo sobre o atentado terrorista ao Riocentro).

conceituação, uma vez que o próprio Habermas trabalhava com um tipo específico de esfera pública – a burguesa do século XIX. Na visão de Nicolas Garnham [1993:359, tradução minha], Habermas chegou mesmo a negligenciar “a importância do desenvolvimento contemporâneo de uma esfera pública plebéia paralelamente e em oposição à esfera pública burguesa”. É pensando nesta possibilidade que me sinto mais à vontade para sustentar o desenvolvimento de um tipo particular de esfera pública, a partir do contato comunitário entre os moradores da área da Maré. Acredito ser particularmente interessante a iniciativa dessas reuniões para se discutir o Projeto Rio. Ainda que descritas com algum desânimo – dada a pouca participação dos moradores – as reuniões têm, a meu ver, um caráter de conversação civil [cf. SCHUDSON, 2004], e servem, por outro lado, ao próprio jornal como insumo para suas reuniões de pauta⁵⁴. Autênticas comunidades de comunicação oral⁵⁵, as discussões traduziam a “esfera pública” abstrata do jornal em uma “esfera pública” de presença organizada⁵⁶.

Outra interessante iniciativa do grupo à frente do União da Maré foi a promoção da chamada Corrida Rústica de Integração da Maré, onde moradores de diversas comunidades se uniram em um evento esportivo. Contando com o apoio de moradores, professores de educação física, comerciantes e da Prefeitura da UFRJ, a corrida foi dita um sucesso, na *suíte*⁵⁷ que divulgou os seus resultados, ao

⁵⁴ Os colaboradores e o grupo à frente do União da Maré realizavam uma reunião dita “de elaboração do jornal” no último sábado de cada mês [cf. ed. 11].

⁵⁵ Para mais detalhes sobre a terminologia, cf. BURKE; BRIGGS, 2006:39. Vale ressaltar que, apesar de promover reuniões e debates, os editores do jornal, em determinados momentos, pontuavam a importância do documento escrito que confere credibilidade: “Queremos colocar no papel a idéia de cada um” [ed. 1].

⁵⁶ A tipologia que distingue esferas públicas abstratas de esferas públicas de presença organizada foi também delineada por Habermas [cf. HABERMAS apud MAIA, 2006:7, para maiores detalhes].

⁵⁷ *Suíte* (do fr. *suíte*), série, seqüência. Em jornalismo designa uma reportagem que serve de continuação e apresenta os desdobramentos de notícia anterior. Na edição 9, o União da Maré divulgava as inscrições para a Corrida Rústica, ao passo que a edição 10 trazia os resultados: “O Parque União contou com o maior número de inscrições (36), vindo em 2º, Nova Holanda (25) e em 3º, Baixa do Sapateiro (10), tivemos

contrário do tom da maioria das notas que mencionam a relativamente fraca adesão dos moradores às reuniões promovidas pelo jornal para discutir o Projeto Rio (“Foram distribuídos mil prospectos e só compareceram 22 pessoas. [...] Será que vamos ficar esperando notícias alarmistas de 1979?” [ed. 5]).

Como se vê, ainda que o assunto fosse outro, o Projeto Rio aparecia recorrentemente como ameaça a ser combatida, e o ano de 1979 era apresentado como marco fundamental desta tomada de consciência. Não por acaso a idéia da criação do União da Maré surgiu no início de novembro de 1979 [ibid.], incentivada pelo Padre Valter, da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, no Timbau, que doou o mimeógrafo. De acordo com a primeira edição do jornal, três moradores do Parque União então entraram com Cr\$30,00 cada um, e fizeram uma rifa em fins de 1979 [ed. 1] para angariar fundos.

Ainda que Ildebrando fosse o colaborador responsável pela cobertura da Baixa do Sapateiro, freqüentemente este grupo inicial de moradores do Parque União é descrito como “o grupo do Ildebrando” em diálogos de outras lideranças⁵⁸. Comentarei o envolvimento político dos colaboradores mais adiante. Aqui, basta que eu esclareça que, com papel e álcool, os três moradores do Parque União fizeram o número zero, de apresentação do jornal, e, por ocasião de sua distribuição, iniciaram uma espécie de pesquisa de opinião [ibid.], com o objetivo de conhecer as demandas dos moradores mais profundamente. À pesquisa com os moradores se seguiu, mais tarde, a instalação de caixas de sugestões em diversos pontos da favela. Antes disso, o esquema de distribuição dos jornais começou com a

também a participação de todas as comunidades próximas, com exceção da Marcílio Dias e apenas uma inscrição da Roquete Pinto.”

⁵⁸ A referência ao “grupo do Ildebrando” aparece em diálogos com Carlinhos e Teteu (Alceu José da Silva), em diferentes momentos. S. Ildebrando era um morador da Baixa do Sapateiro, apontado como militante do PCB que chegou a ser preso pelos militares porque teria em casa muitos livros, uma situação considerada atípica para um “favelado” e uma postura tida como subversiva pela ditadura.

apresentação de porta em porta, que serviu para dar início à captação de anunciantes no comércio local e de pontos de venda⁵⁹, como o jornaleiro da praça do Parque União [ed. 2]. A intenção, no entanto, era desde já descentralizar a distribuição:

Você está convidado a ficar com a responsabilidade de distribuir o nosso jornal, pelos menos na sua rua ou para as pessoas do seu conhecimento. Como você deve fazer? Peça à pessoa que vendeu o jornal para conceguir a quantidade que você quer. Depois você presta conta, tá legal? [ibid.]

A idéia de uma distribuição descentralizada é bastante cara à lógica do jornalismo cidadão, que compreende não apenas a etapa da produção/seleção do conteúdo informativo mas de sua veiculação. Bowman e Willis [2007], por exemplo, argumentam que o fato de a distribuição de produtos jornalísticos estar concentrada em grandes grupos editoriais dificulta sua própria produção, por parte do cidadão comum. Eles então defendem uma distribuição *peer-to-peer* (p2p) nos moldes das novas tecnologias da comunicação, isto é, uma distribuição individualizada, baseada no contato um a um, e capaz de furar a barreira monopolística dos conglomerados midiáticos. Ora, este modelo é precisamente o que tentava incentivar o União da Maré, concentrando esforços em pequenos distribuidores locais que se comprometeriam a vender o jornal e prestar contas com os editores. Descentralizando sua distribuição, o jornal se afastava do

⁵⁹ O União da Maré custou Cr\$ 2,00 desde a edição nº 1 até a edição nº 7, quando passou a custar Cr\$ 5,00. Em sua última edição, a de número 12, o jornal passou a custar Cr\$ 10,00 ("aumentamos o preço devido aos altos custos do material gráfico"). O número de apresentação, edição zero, foi distribuído gratuitamente aos moradores. É interessante sublinhar que, em que pese sua retórica de esquerda, o União da Maré se insere claramente na lógica de uma iniciativa liberal, de forma muito semelhante à que é ainda hoje operada pelas grandes empresas de comunicação.

Prezando sempre pela transparência, o União da Maré apresentou em sua décima edição um balanço financeiro do jornal, onde estava relacionada a posição em 31 de dezembro de 1980 (Cr\$ 2.408,00); a receita, incluindo a venda do jornal, a captação de propaganda e a Corrida Rústica (Cr\$ 15.720,00, que somados à posição anterior resultavam em Cr\$ 18.128,00); e as despesas, com a confecção do jornal, transporte, questionário, caixas para correspondências e a Corrida Rústica (Cr\$ 12.717,00); do que resultava a posição em 31 de dezembro de 1981 (Cr\$ 5.411,00).

marco geográfico e político do Parque União, que poderia determinar seu confinamento a uma só comunidade da Maré.

Meu interesse em discutir, mais adiante, os enquadramentos dados pelo jornal a determinadas notícias, se repercute na forma como o União da Maré aborda a questão identitária diante das comunidades que conformam a Maré. Por se pretender um veículo de integração entre tais comunidades, com vistas a um projeto político claramente delimitado em sua edição de número zero – uma espécie de carta de intenções –, é que o União da Maré fazia uso de um discurso que congregava notícias e uma pedagogia identitária. Dessa forma, mesmo um pequeno box opinativo que apenas serviria para ilustrar um artigo maior sobre a legalização dos terrenos após as obras de urbanização do local, é usado para trabalhar a imagem simbólica que une (ou reúne) os “mareenses”, qual seja: as palafitas.

Capitalismo malvado

Vejam os senhores a diferença entre duas épocas bem distantes: na idade da pedra lascada o homem, para se proteger, morava em palafitas. Isto porque as feras o devoravam à noite. As casas eram feitas dentro d'água, como medida de segurança. Foram-se passando vários séculos. Nós, os moradores da Maré, voltamos a morar em palafitas, isso porque existem umas feras muito mais perigosas do que aquelas daquele tempo, o nome é o capitalismo malvado que está devorando tudo até dentro d'água. [ed. 9]

Convertidas de símbolo da miséria a representação maior da identidade da Maré, as palafitas são prova de que na favela também se produz cultura. Esta apropriação que hoje lhe faz o Museu da Maré, tornando a palafita em sua peça principal, já estava presente no veículo de comunicação da década de 1980, reivindicando uma noção de cultura para além dos bens e patrimônios materiais:

na área da Maré não tem apenas marginais, também existe pessoas normais, trabalhadoras, ordeiras, estudiosas e dedicadas que com esforço próprio e aos poucos vão superando os problemas. A cultura da população da área da

Maré está representada pela *arte da construção* de suas próprias casas [ed. 2, grifo meu].

O momento em que surge o União da Maré, portanto, é singular num aprendizado sobre articulação política entre as comunidades. Não somente pelo surgimento do jornal e pelo Projeto Rio, seu principal contraponto, mas pelo vislumbre de uma pertença maior, um sentimento que passa então a ser trabalhado pelas lideranças comunitárias, inclusive no próprio jornal, como uma identidade comum.

Não resta dúvida que o fantasma do Projeto Rio em 1979 criou uma grande movimentação na região. As diretorias da época tiveram papel importante, criando até uma entidade coletiva: CODEFAM. Foi o único [num sentido que interpreto como “primeiro”] movimento em toda a Maré que se tem conhecimento. O passado da Maré é uma colcha de retalhos. São pequenas experiências de grupos, mutirões e a ação da Igreja [...]. Acontece que a maioria dessas experiências são desligadas e sem solução de continuidade [ed. 9].

A Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), provável embrião da União das Associações do Bairro da Maré (Unimar), e o jornal União da Maré, provável embrião do jornal *O Cidadão*, são as maiores provas de que o cenário político, a partir da entrada das reivindicações dos favelados, estaria se alterando, numa “clara indicação de que a nova democracia teria de comportar a presença dos excluídos numa escala impensável no período democrático de 1946 a 1964” [BURGOS, 2006:41].

1.2. Favelados, povo, trabalhadores, categorias nativas

Principalmente os moradores mais antigos rejeitam a idéia do bairro, sempre se remetendo ao passado da ‘comunidade’. Dessa forma, eles evocam a memória dos ‘bons tempos’, quando ‘todos’ os vizinhos se conheciam e era possível dormir de janelas abertas ou ficar até tarde sentado na porta de casa durante o verão... [Cláudia Rose Ribeiro da Silva, atual coordenadora da Rede Memória do Ceasm]

Uma das mais fundamentais contribuições do campo ao pesquisador é o entendimento das categorias com que trabalham os nativos em seu discurso. Tais categorias, é claro, são importantes pelo aspecto de relativização de que se apropriam. O antropólogo busca esta compreensão do vocabulário nativo para que as comparações entre a cultura que estuda e a sua própria se tornem mais palpáveis e ele não incorra no erro crasso do etnocentrismo. Experiência equivalente tem o historiador quando busca compreender as categorias usadas em culturas do passado, tentando afastar-se do erro do anacronismo. Estas noções de etnocentrismo e anacronismo estão, portanto, muito próximas entre si. O etnocentrismo está para o antropólogo assim como o anacronismo está para o historiador. Ao menos, estas são as noções clássicas. Hoje, o trabalho interdisciplinar e a complexidade alcançada nos estudos de ciências humanas e sociais nos permite relativizar também estas noções. Mas, de uma forma ou de outra, é o campo que auxilia o pesquisador – seja ele um antropólogo ou um historiador – a buscar referências não apenas na sua vivência, mas, por assim dizer, na vivência de seu objeto de pesquisa.

Em minha experiência de campo, procurei identificar como os moradores da área da Maré se referiam à favela de modo geral e às suas comunidades especificamente. Ouvi-os, confesso, poucas vezes se referirem à Maré como uma favela. Mas menos ainda os ouvi chamarem-na complexo. Em geral, a categoria “favela” aparece no momento das reclamações, das reivindicações, da identidade pelo negativo. O favelado é aquele que não tem, que não é, que não pode – um não-cidadão⁶⁰. No restante das ocasiões, era muito difundido o

⁶⁰ Quem me chama a atenção para a exclusão como exercício da cidadania, nessa noção tão característica de cidadania às avessas (o “não-cidadão”, como ela mesma expressou) é a professora Ilana Strozenberg, durante suas considerações em minha banca de qualificação. Eu já vinha trabalhando a categoria “favelado” da forma como é usada pelos nativos, mas tomo aqui emprestada a expressão usada pela professora por entender que esta imagem está muito próxima do que trabalho quando me refiro a um modelo de jornalismo cidadão: o jornalista cidadão é talvez necessariamente um não-cidadão, no sentido de que a ele ainda é necessário atingir sua plena cidadania e ele o fará através justamente da prática jornalística.

uso da categoria comunidade, porque a comunidade expressa também um caráter de intimidade, legitimando o falante e evidenciando seu pertencimento. Em que se note que a cidadania pela reivindicação dos direitos justaposta à cidadania como fronteira sócio-geográfica, quero crer que estes usos refletem um trabalho – ainda que “não-consciente” – de conscientização, de criação de uma identidade comum, como venho tentando mostrar ao longo deste trabalho.

Todo este preâmbulo, porém, que a bem da verdade está diretamente relacionado com a Introdução desta pesquisa, servirá para contextualizar a análise de três das categorias de que o União da Maré se apropriava. Esta apropriação despertou meu interesse particularmente por conta da carga política que tais categorias recebiam. E por esta razão me detenho sobre seu uso.

Assim, ao operar com categorias do senso comum (povo, favelado, trabalhador), os editores eram capazes de deliberadamente fazer uso das identidades que lhes interessavam, entre as múltiplas identidades a que o público-leitor se vinculava. Não há nenhuma referência a movimentos negros⁶¹, nem tampouco a movimentos de gênero. Em contrapartida, há repetidas menções a atividades desenvolvidas por grupos e entidades religiosas, como a CNBB e a Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio. A ligação com esses movimentos se dá a partir da teologia da libertação, escola católica que se expandiu na década de 1970 sobretudo pela América Latina⁶²

⁶¹ Em entrevista concedida aos pesquisadores Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi [2003:169], Ernani da Conceição aponta que “Nova Holanda e Vila do João são as duas comunidades em que há maior população negra; a grande maioria da população da Maré não é negra, é nordestina.”

⁶² “Vinicius Brant [1983, p. 14] chama a atenção para a importância do papel da Igreja Católica na multiplicação dos movimentos sociais: ‘A Igreja, as instituições civis atentas aos direitos humanos [...] criaram inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos surgidos na base [...] As comunidades de base de periferia da cidade estiveram sem dúvida entre as mais importantes matrizes da organização popular’” [BRANT apud PERUZZO, 2004]. (O texto original de Vinicius Brant é: BRANT, V. C. *Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo e sindicatos de trabalhadores*. In:

e serve de sustentação para todo um ideário político que se consolidaria no Brasil com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. A influência de partidos de esquerda, em especial do PT e com menos ênfase também do PCB⁶³ e do PDT, é marcante no União da Maré desde o princípio. Por isso mesmo, torna-se interessante analisar a apropriação dessas categorias do senso comum citadas anteriormente pela lógica social do discurso marxista a partir da teologia da libertação⁶⁴.

Para começar, a própria compreensão da categoria “trabalhador” traz uma clara semelhança com a forma pela qual esta categoria é compreendida nos discursos políticos de esquerda. Assim é que já na edição de apresentação o jornal se propõe a discutir questões relacionadas à “nossa vida de trabalhadores” [ed. zero] e, mais adiante [ed. 2], chega mesmo a criticar o estereótipo do favelado como marginal: “Houve tempo em que autoridades chegaram a classificar os favelados de marginais e nocivos à sociedade, como se

_____ ; SINGER, Paul (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis (RJ): CEBRAP/Vozes, 1983.

Vale lembrar ainda que o período de expansão da teologia da libertação coincide com o início do papado de João Paulo II, a partir do qual começa, então, a se alterar a correlação de forças na cúpula da Igreja Católica, traduzindo-se na década de 1990 na desmobilização e exílio dos partidários destas correntes.

⁶³ Há aqui um ponto interessante sobre a conjuntura política nacional após a promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, e o reestabelecimento do pluripartidarismo em novembro do mesmo ano. Note-se que o União da Maré é idealizado exatamente neste mês e suas primeiras edições (janeiro e fevereiro de 1980) coincidem com o momento exato da oficialização do Partido dos Trabalhadores (10 de fevereiro de 1980). As distâncias entre os comunistas e os petistas, portanto, não estavam traçadas, já que a maior parte dos sindicalistas que apoiaram a criação do PT eram de fato comunistas, mas sofriam pressões dos militares ao assumir suas posições. O Partido dos Trabalhadores é também tido como uma opção identitária feita pelo sindicalismo do ABC paulista, que teria preferido fundar seu próprio partido. O PCB só retornaria em definitivo ao cenário político brasileiro por volta de 1985, já na esteira das divisões entre as correntes que originaram o PC do B e o novo PCB.

⁶⁴ O relato de Ana, moradora da Nova Holanda, transcrito por Jailson de Souza e Silva [2003:38-9], mostra como a ação da Igreja, através da teologia da libertação, levou jovens da Maré a optarem pelas Ciências Sociais, com uma perspectiva transformadora.

não fossem exatamente, eles [os favelados] que movimentam as fábricas e executam grandes construções para esta mesma sociedade.”

A valorização do trabalho e do trabalhador fica clara também nas denúncias de agressão policial⁶⁵ a moradores da favela, que são “trabalhadores” como quaisquer outros, e nas referências à história do feriado de 1º de maio e às comemorações da data⁶⁶. E as influências políticas transparecem quando o jornal comenta a greve do ABC paulista, exaltando a atuação dos metalúrgicos e assumindo que “a união das pessoas é o caminho para as soluções” [ed. 3].

Traduzindo a noção de trabalho como uma experiência de “luta”, de “batalha” contra as agruras da vida, a forma como o União da Maré se apropria da categoria trabalhador está muito próxima dos usos que fazem ainda hoje os moradores da área ao se referir ao seu cotidiano e a sua memória, por exemplo, quando registram alguma impressão no livro de depoimentos do Museu da Maré⁶⁷: o trabalhador é aquele que batalha para sobreviver. Nas páginas do jornal, vê-se um elogio ao trabalho numa linguagem muito próxima da do Manifesto Comunista. “Fazemos parte dos trabalhadores explorados que constroem este país. Somos pedreiros, serventes, carpinteiros, garís, bombeiros, policiais, cozinheiras, babás, mecanicos, soldadores, ferreiros... etc.” [ed. 10]. Diferentemente da elite, que não necessita de esforço para ganhar a vida, o trabalhador é “explorado” e, a todo momento, confundido com um marginal. Por isso, segundo o jornal, é preciso “ter a consciência de nossa luta” [ed.

⁶⁵ Vale lembrar que as denúncias de agressão policial são também denúncias contra o Estado. Nesse sentido, a atuação das forças policiais na favela como instrumentos de repressão se unem à ausência de projetos sociais e culturais nestas comunidades: de um lado está a repressão aos direitos civis, de outro a inexistência dos direitos sociais.

⁶⁶ Na edição 7, um artigo, que conta o porquê do feriado do Dia Mundial do Trabalho, é encimado pelo título *Os enforcados* e a interessante frase de August Spies: “Chegará o tempo em que nosso silêncio será mais poderoso que as vozes que vocês estrangulam!” Como leitura complementar sobre a “tradição inventada” das comemorações do 1º de maio, cf. HOBBSAWM, 1984b.

⁶⁷ Cf. o capítulo 6, ‘Museu é como um lápis’, nesta mesma dissertação.

6]. “Chega de sermos levados por discursos imponentes que não passam de discursos e só fazem da gente massa de manobra.” [ibid.] “e que essas lutas nos ajudem a nos unir mais, organizando nossa classe para dias melhores.” [ed. 10].

Em oposição à elite dominante, o trabalhador é identificado como “povo”, num discurso marcadamente classista. Citando Luiz Eduardo Wanderley⁶⁸, Cicilia Peruzzo [2004:116] aponta que

uma primeira abordagem, do senso comum, entende por ‘povo’, de maneira vaga e abstrata, os que não têm recursos, posses e títulos, em contraposição ao não-povo, formado por empresários, profissionais liberais, intelectuais etc. Uma segunda interpretação, baseada na dicotomia elite-massa, sustenta que existem, na história, minorias compostas por aristocratas, plutocratas e membros de organizações partidárias, constituindo a elite governante ou ‘classe política’, e, por outro lado, a massa atomizada e desorganizada, o ‘povo’, dominado por aquela, dada a sua superioridade. Uma terceira concepção vê no ‘povo’ um conjunto de indivíduos iguais e com interesses comuns, que conflitam apenas por pequenas diferenças, ocorrendo aqui aqueles que acreditam na unidimensionalidade provocada por uma cultura imposta por uns poucos que detêm o poder. Uma quarta corrente, ligada à questão do nacional-popular, identifica como ‘povo’ aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro, sendo o ‘não-povo’ todos os que (elite e grupos nativos) se aliam ao colonizador. Uma quinta formulação toma por ‘povo’ as classes subalternas, em oposição às dominantes. Por fim, o sexto posicionamento é o que diz respeito a ‘povo’ como um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico, encerrando uma rica negatividade, que o dinamiza e atualiza permanentemente, na relação dialética entre povo e antipovo. [...]

⁶⁸ O texto original de Luiz Wanderley é: WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Apontamentos sobre educação popular*. In: VALLE, João E.; QUEIROZ, José (orgs.). **A cultura do povo**, 1979, p. 64.

Porém, [...] há que se estar aberto às situações históricas conjunturais. O povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas. Há momentos em que ele engloba quase toda a nação. [...] Forma-se nesses casos um grande elo, uma identificação em torno de um objetivo muito forte, uma coisa que aglutina e que tem um caráter de oposição ao status quo. Povo, neste sentido, é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria.

No caso do União da Maré, a construção de uma categoria nativa para povo é interessante não apenas porque se apóia no discurso pró-proletariado, mas também porque nivela de forma homogênea todos os receptores. Todos são “povo”, de modo que aí há uma identificação comum inevitável para o morador da Maré. Não é à toa que o União da Maré é “um jornal do Povo” [ed. zero].

Seja na manchete que critica diretamente as ações do BNH (“O povo tem direito de morar”), seja no artigo que comenta o atentado à bomba no Riocentro (“Esses atos não são contra determinadas pessoas. O seu objetivo é destruir e matar impunemente vidas para causar o caos e facilitar a implantação de uma ditadura facista, para negar o direito do povo de se organizar em associações, sindicatos e partidos políticos.”), o jornal trabalha com a idéia de um povo que se opõe à elite. Reclamando, por exemplo, de um conserto mal-feito em uma das vigas de uma passarela na Av. Brasil, os editores apontam em artigo para as carências do “povo” (“É como tomar banho e não trocar de roupa. Vamos fazer o serviço direito gente! O povo tem direito!”), enquanto em uma ilustração mais abaixo há os dizeres “Na Zona Sul não fariam isso”.

Mesmo o caça-palavras, passatempo que desde a edição nº 6 (e com exceção da edição nº 11) é incorporado ao jornal, pede que o leitor busque por termos como trabalhador, favela, operário, povo, associação [ed. 9], pobreza, exploração, multidão, carestia, marginal [ed. 10], associação, nós, eleição, vote, política, descrença, tapeação, balela, inferno [ed. 12].

No União da Maré, o “favelado” é muito semelhante ao “povo”, sendo por vezes usado indiscriminadamente. A ênfase, no entanto, fica por conta de um discurso ligeiramente mais pessimista quando se trata do favelado, já que este é usualmente o que é passado para trás, que é ridicularizado, e que, a menos que se una – como a massa que representa o “povo” –, será sempre explorado: “[Os] homens do BNH estão é adoçando a boca dos favelados, pra gente ficar confiando e não se unir contra o projeto deles, que foi preparado contra nós” [ed. 2], “É urgente uma atitude, da nossa parte, antes que êles venham a praticar outras irregularidades contra os interesses da *coletividade* favelada” [ed. 12, grifo meu].

Mas o que de certo é mais impactante na apropriação desta categoria pelos editores do jornal é sua retradução como algo positivo.

Nosso jornal entra no terceiro ano de existência. Procuramos expor nossas idéias sobre a nossa situação e os projetos que tentam nos impingir. Como favelados temos capacidade para opinar é decidir sobre o que é melhor para nós. Este jornal é uma prova da capacidade que nós temos para fazer alguma coisa e por isto não nos envergonhamos de sermos favelados [ed. 10, o original encontra-se em letras capitulares].

O favelado, para o União da Maré, continua sendo a parcela explorada das classes mais baixas, mas, agora, é motivo de orgulho. Ser favelado não é ser marginal, daí as tantas vezes em que os artigos usam explicitamente esta diferenciação. Assim, se por um lado ainda há uma carga residual negativa da compreensão que empresta a esta mesma categoria o senso comum, o jornal também reconhece e admite a categoria favela como uma instância de cultura – entendida aqui na acepção mesma das “artes de fazer” de Certeau [1994].

Esta reapropriação da categoria “favela”, é claro, não deve ser entendida fora de contexto. A mim não resta dúvida de que o período da redemocratização, como lembra Burgos [2006] na passagem que citei acima, é o momento em que explodem os

movimentos de reivindicação social, no sentido de que é a partir daí que tais movimentos passam a integrar a agenda do poder. Mas o que reivindicava o União da Maré?

Como o cidadão-jornalista, que antes de tudo se reconhece cidadão para então fazer as vezes de um jornalista, esta reapropriação da “favela” e do “favelado” apontada no discurso do jornal comunitário é uma experiência de auto-reconhecimento, uma assunção do favelado como público, num passo que entendo como primordial para a construção de uma identidade comum para os moradores da Maré.

1.3. “Pinga fogo”, ou Uma forma de você falar e ser ouvido

Um jornal que nos ofereça um vilão a odiar é muito mais contundente do que o periódico que entra nos pormenores intrincados da queda do dólar

[Bertrand Russel]

“O nosso jornal é como um papo de esquina. Mas tem umas diferenças em vez de 3 pessoas, somos 250.000; em vez de papo que não dá em nada, queremos transformar unindo os moradores” [ed. 1]. A retórica democrática do União da Maré, herdada dos setores radicais de esquerda e da influência da teologia da libertação, pregava claramente dois princípios: o primeiro nas bases do associativismo tocquevilleano e o segundo nas do deliberativismo habermasiano, ainda que forjados em discurso popular⁶⁹. Quero dizer com isto que ao pregar a união dos moradores em torno do interesse comum (i. e. um “interesse próprio corretamente entendido”, segundo Tocqueville [apud PUTNAM, 2000:101]), o União da Maré está de fato estimulando as associações entre os moradores, pois elas “incutem

⁶⁹ Não havia, é certo, menção a Tocqueville ou a Habermas nos artigos que legara o ideário político dos editores do jornal comunitário, mas estas duas noções recheavam o jornal, como se o quisessem aproximar dos panfletos políticos, de tal forma que eu só encontro paralelo nas visões destes dois clássicos das ciências sociais.

em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” [id.:103]. O objetivo do jornal, é claro, é a partir disso aumentar a participação cidadã dos moradores nos assuntos comuns da comunidade. Posso dizer, portanto, que o União da Maré cumpre o papel pressuposto por Tocqueville para os jornais comunitários:

Um jornal só pode subsistir sob a condição de reproduzir uma doutrina ou um sentimento comum a grande número de homens. Um jornal, pois, representa sempre uma associação, cujos membros são os seus leitores habituais. Essa associação pode ser mais ou menos definida, mais ou menos estreita, mais ou menos numerosa; mas existe, pelo menos em germe, nos espíritos, pelo simples fato de que o jornal não morre [TOCQUEVILLE, 1987:396].

Assim, mais do que meio de comunicação, a mídia – sobretudo a mídia comunitária em que ora me detenho – age como “meio de expressão, debate e organização para o seu próprio público” [CHANEY, 1986:143, tradução e grifo meus]. E, nesse sentido, está correta a interpretação do jornal como instrumento que dá voz aos excluídos, que dá voz ao cidadão comum, uma vez que ele funciona como porta-voz da “emoção popular” e da “opinião pública” [BOURDIEU, 1997:82]. Mas é preciso relativizar esta noção da imprensa como porta-voz, porque por vezes esta condição não se reflete na realidade da opinião dos leitores.

Habermas [2003:35; 42], ao comentar a transconfiguração de sentido por que passavam as categorias “público” e “privado” na Idade Média, lembra que somente ao se servir da imprensa para anunciar suas realizações é que o poder público passa a contar efetivamente com um público. Portanto, sem a interposição dos meios de comunicação, não há público, porque não há valor comum⁷⁰. É a esfera pública que constrói a idéia de representação [id.:23]. E a

⁷⁰ Kelley e Donway [1995] apresentam uma interessante distinção entre a noção de valor comum (a que todos buscam individualmente) e valor coletivo (buscado por um grupo).

representação jornalística, diz ainda Habermas [id.:225], “esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos”.

No caso da Maré, o jornal da década de 1980 servia, como venho afirmando, de instrumento de mobilização da comunidade, isto é, como meio, a fim de alcançar um valor comum. O meio, nesse sentido, compreende a construção de uma identidade comum. Assim, anúncios locais como o do Mercadinho São Jorge, o do Borracheiro Mão Branca, o do Armarinho do Roberto e o do Bazar Jôsi, se unem a notas que se assemelham a colunas sociais (“A senhorita Rosene da Silva Motta, filha do expresidente da Comissão de Luz [...] irá comemorar os seus 15 anos no Templo da 2^o Igreja Batista de Bonsucesso” [ed. 10]), e ajudam a conformar um público comunitário, um público identificado com o cotidiano da Maré, identificado com a Maré como valor comum, e identificado também – e por que não? – com o jornal União da Maré.

Tratando este público sempre a partir de uma certa intimidade (“Oi pessoal” [ed. 1], “UÉ!” [ibid.]), o jornal comunitário fazia questão de estabelecer níveis de participação possíveis para os moradores interessados:

O jornal 'União da Maré' quer ouvir suas idéias e propostas. Além disso a equipe deste jornal está aberta para acolher sua participação. Como?

- 1) Escrevendo para o jornal;
- 2) Participando das reuniões de elaboração do jornal (uma vez por mês, no último sábado)
- 3) Distribuindo o jornal na sua rua;
- 4) Entrando para o Departamento de Cultura e Lazer;
- 5) E outras atividades que você pode criar [ed. 11].

Weber [2002:193], em sua já clássica palestra intitulada *Sociologia da Imprensa*, deixa ecoar uma interessante pergunta: “O que aporta a imprensa à conformação do homem moderno?” O

trabalho do União da Maré nos aponta uma possível resposta a esta pergunta, indicando não só a construção de uma identidade comum, mas a construção também de uma identificação entre o público-leitor e o local, entre o público-leitor e o cotidiano. Posso assim dizer que o União da Maré constrói uma cultura comunitária de mídia, uma cultura de consumo de informação midiática no âmbito da comunidade. Mais do que a própria pedagogia social de que embebe sua *voz editorial*⁷¹, o União da Maré mobiliza pelo simples fato de construir esta cultura de mídia. Não é sem razão que, a todo momento, há chamadas para as próximas edições (“Não percam. Leia o próximo número” [ed. 3]) e reportagens comentando o surgimento de outros jornais comunitários⁷². Estas práticas, aliadas às caixas de sugestões espalhadas pelos colaboradores do jornal em determinados pontos da favela⁷³, ajudavam a formar uma comunidade de leitores que interagia simbolicamente [cf. CHANEY, 1986:117].

⁷¹ Quando necessário, para tornar-se ao mesmo tempo impessoal e veículo coletivo personificado, o União da Maré colocava-se no papel claro de um *cidadão* (“Este jornal viu o documento.” [ed. 10]), reivindicando seus direitos a partir de uma *voz editorial*.

⁷² Apesar de seguir uma lógica de empreendimento liberal, comercializando suas edições e captando anunciantes, o União da Maré, como a grande maioria dos jornais comunitários, costumava noticiar o surgimento de outros jornais locais. Durante suas doze edições, houve destaque em duas ocasiões para artigos do grupo jovem de Nova Holanda, que mantinha o *Jornal da Chapa Rosa*, e em outra, para o jornal *O Favelão* (“*Nasce mais um jornal ‘O Favelão’, da Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio*” [ed. 10, no original o grifo está em capitular]), que, inclusive, chegou a publicar um artigo dos colaboradores do União da Maré em suas páginas.

⁷³ Na edição nº 9 [grifo meu], o União da Maré destacava: “Foram inauguradas as Caixas de Sugestões do Jornal União da Maré. É mais uma iniciativa de contato entre o jornal e os moradores. Voce pode escrever o que quiser e colocar dentro das caixas. Onde elas estão? No Parque União: Rua Ari Leão nº50 e Rua Roberto da Silveira nº . Não deixe de escrever para o jornal, é *uma forma de você falar e ser ouvido*.” E na edição nº 11, o jornal publicava algumas das sugestões e recados dos leitores, deixados nas urnas. Em alguns casos, a redação respondia com uma breve nota aos leitores.

Sobre a relação de interação entre leitor e veículo de comunicação através das cartas enviadas à redação dos jornais, Jeanneney [1996:60-62] afirma que este tipo de prática estabelecia, melhor do que hoje em dia, um contato direto com o leitor-cidadão.

A mobilização em torno das pautas que repercutiam o Projeto Rio e contra o posicionamento das associações de moradores, contudo, fez com que o União da Maré fosse mal-visto pelas principais lideranças comunitárias. Em certa ocasião, um artigo informava que os colaboradores do União da Maré chegaram a solicitar aos presidentes de associações que pudessem participar das reuniões organizadas pelo BNH para discutir a urbanização, a concessão de títulos de propriedade e demais ações do governo federal, mas “A resposta dos Presidentes [das associações] foi a seguinte: ‘NÃO. O passado do jornal deturpou muita coisa. Qualquer informação a equipe deve procurar os Presidentes.’” [ed. 11]. Como ritual estratégico [cf. TUCHMAN, 1993] e indício rudimentar de uma *fairness doctrine*⁷⁴, os editores [id.:ibid.] – para evidenciar sua imparcialidade – esclarecem em seguida que “este jornal continua aberto a todos que queiram criticá-lo com seriedade. Ficamos aguardando os Presidentes que falaram que nós ‘deturpamos’, algum assunto para que apresentem sua denuncia por escrito.”

Segundo Marcelo Baumann Burgos [2006:32-39], o terceiro estágio histórico por que é apropriado o problema favela pelas instâncias do poder público diz respeito a uma questão política. Com o objetivo de reforçar as bases clientelistas, tanto o governo federal, na figura do então presidente João Figueiredo, quanto a máquina chaguista⁷⁵, que buscava eleger seu sucessor no governo do estado, buscavam cooptar lideranças comunitárias, oferecendo um canal de

⁷⁴ A *fairness doctrine* foi um dispositivo de que a Federal Communications Commission (FCC) americana lançou mão em 1949 para garantir equilíbrio e honestidade nas coberturas jornalísticas em meios de radiodifusão. A regulação basicamente exigia que, em assuntos controversos de interesse público, todas as versões sobre o tema fossem apresentadas em igualdade de condições.

⁷⁵ O termo se refere aos dois períodos do governo Chagas Freitas, o primeiro, como Governador da Guanabara (1971-1975), e sobretudo o segundo, como Governador do Rio de Janeiro (1979-1983) pós-fusão. Caracterizado por seus adversários como uma corrente adesista de forte cunho clientelista, o chaguismo empregava estratégias particulares para lidar com o governo federal e a direção nacional do MDB, “evitando sempre participar de debates e tomar posições” [cf. ABREU, Alzira Alves et alii (org.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 2376-2381].

acesso ao poder público. Dessa forma, “a moeda de troca da promessa de urbanização é o controle político das associações pelo Estado” [id.:32], de modo que “os representantes dos moradores passam a fazer as vezes do poder público na favela” [id.:35]. Há aí uma delegação de poderes de representação, ou, de outra maneira, uma transferência de competências públicas para entidades privadas, que, de acordo com Habermas [2003:170], é o prenúncio da mudança estrutural na esfera pública, já que o modelo de esfera pública, conforme trabalhado por ele, era caracterizado por uma separação rígida entre o setor público e o privado [id.:208].

A mobilização proposta pelo União da Maré claramente se constituía como uma opção à lógica clientelista, e se aproximava do que Marcelo Baumann Burgos classifica como lógica do ressentimento. Para Burgos [2006:39], ao clientelismo (disputa por pequenos favores) se opõe o ressentimento (luta por direitos), mas o ressentimento, ainda que conte com seu potencial de revolta, pode gerar em contrapartida apatia e afastamento da política [BURGOS, loc. cit.], ao que eu emendaria a grande probabilidade de um discurso que se torna cínico e irônico [CAPELLA; JAMIESON, 1997; ETTEMA; GLASSER, 1994].

No caso das associações de moradores identificadas com o exercício de funções do poder público nas favelas, Burgos [2006:42] aponta que, mesmo após a implementação de programas organizados com vontade democrática, “parecia natural atribuir-lhes funções que a princípio deveriam caber ao Estado”. Assim é que as críticas às associações de moradores, desferidas em várias das edições do União da Maré, eram a bem da verdade nitidamente críticas ao Estado, uma vez que

Os próprios responsáveis do Governo estão criando a balbúrdia. Dividiram os apartamentos [construídos durante as etapas do Projeto Rio] entre os Presidentes das Associações para serem entregues aos seus apadrinados. A Imprensa acaba de denunciar à opinião pública as trapaças dos Presidentes das Associações da Área da Maré. Irresponsáveis e corruptos que jamais deveriam estar nos representando [ed. 12].

Chamadas pelos editores de “currais eleitorais”, as associações de moradores representam em menor escala a corrupção generalizada da classe política. Por isso é que, segundo os colaboradores da Nova Holanda no União da Maré, é preciso esclarecer que o que interessa não é a política partidária, mas a política comunitária [ed. 7]⁷⁶. É dentro desta perspectiva que o próprio jornal pode ser compreendido, já que suas principais prerrogativas eram [ed. 11]:

- Criar o hábito dos moradores se reunirem entre si.
- Discutir e procurar formas de ação para resolver nossos problemas.
- Acompanhar todo o desenrolar do Projeto Rio e buscar formas de interferir neste projeto.

Em sua cruzada por mais informações e pelos direitos dos moradores, o União da Maré é um exemplo claro de como o discurso cínico da imprensa pode atuar mesmo no âmbito comunitário. Para os editores do jornal [ed. 2], os “homens do BNH estão é adoçando a

⁷⁶ O trecho original comenta, criticando mais uma vez o Projeto Rio, que a política comunitária é aquela que é independente de partidos, e sugere que a verdadeira democracia não é a democracia representativa partidária, mas a democracia direta. “Nós moradores de N. Holanda, após quase três anos de luta e tentativa de organização, estamos quase na estaca ‘zero’. Por que será? Por não nos interessarmos por uma política partidária e sim comunitária? [...] Já ouvimos de várias partes que temos e devemos nos unir aos deputados e vereadores, etc... [...] como na Idade Média, somos os feudos e temos os nossos senhores feudais. (História da Riqueza do Homem - livro de L. Huberman). Isto é, somos considerados ‘currais eleitorais’. Fazem nos crer que sozinhos, somos incapazes de nos organizarmos, que dependemos de intelectuais, dos doutores para tomar iniciativas pelos moradores. [...] Precisamos dos políticos, sim, mas que não sejamos obrigados a ficar comprometidos com eles, pois isto não é democracia.” O papel do indivíduo na democracia direta é apontado por Tocqueville em seu segundo volume de *A democracia na América* e claramente me remete à experiência individual do cidadão-jornalista, entendida a partir do recorrente slogan do site colaborativo OhmyNews <<http://english.ohmynews.com>>: “every citizen is a reporter” [“todo cidadão é um repórter”].

boca dos favelados”. O tom de denúncia dá lugar a dúvidas e desconfiças prévias, extrapolando a função do jornal como instrumento de pressão política. Em contrapartida, a espiral do cinismo compreende que a mídia é tomada pelo mesmo cinismo de que lança mão [CAPELLA; JAMIESON, 1997:228], de modo que passa ela própria a ser vista pelo público com desconfiça. E não é outra coisa o que acontece com o União da Maré quando os dirigentes das associações de moradores negam o pedido dos colaboradores do jornal para que pudessem participar das reuniões com o BNH, como vimos acima.

Shanto Iyengar [1991:8, tradução minha] sugere que “os indivíduos tendem a simplificar assuntos políticos ao reduzi-los a questões de responsabilidade”. Ele [ibid.] traça a diferença entre duas abordagens de atribuição de responsabilidades: a responsabilidade causal, cujo foco está na origem do problema, e a responsabilidade de tratamento, cujo foco está no que ou em quem pode solucionar o problema. Minha constatação, no caso do discurso do jornal União da Maré, é de que, aliando a ideologia das esquerdas políticas ao trabalho de mobilização comunitária dos editores do veículo, as reportagens curiosamente apontam para uma responsabilidade causal do Estado, como aquele que gera as desigualdades sócio-econômicas que afligem aquela população, ao passo que indicam uma responsabilidade de tratamento que caberia ao potencial de organização e mobilização dos próprios moradores. Note-se que há aí uma interessante “inversão” de valores, digamos, de herança essencialmente da democracia direta. O Estado, cuja finalidade é proporcionar boas condições de vida à população, é o problema, não a solução. A solução está nas mãos dos próprios moradores, e de ninguém mais. Afinal, as benfeitorias feitas na área da Maré não partiram do poder público, e, sim, dos mutirões organizados pelos moradores [ed. 2, ed. 9, ed. 10]. “Isto aqui não era puro lodo?” [ed. 2].

É interessante notar que o discurso do jornal comunitário acompanha a própria lógica do jornalismo público (*public journalism*) em sua vertente participativa. Nesta compreensão, a

responsabilidade de tratamento da notícia cabe ao cidadão-jornalista⁷⁷: é ele quem deve assumir uma função pública, de emissor, e noticiar, denunciar.

Ainda segundo Iyengar [1991:11], o enquadramento dado pelo veículo de comunicação é capaz de influenciar a decisão do público. Dessa maneira, a retórica jornalística faz uso da construção narrativa de vilões e vítimas [ETTEMA; GLASSER, 1994:18], gerando um discurso irônico sobre estes vilões, o que, por sua vez, transforma os vilões em vítimas – além de objeto – da própria ironia jornalística [id.:ibid.].

A insistente ironia, portanto, dá vazão ao que Capella e Jamieson [1997] chamam de espiral de cinismo. A espiral de cinismo é um modelo teórico que entende o discurso jornalístico como um discurso cínico – e não cético –, pela sua disposição em desacreditar nas boas intenções alheias [id.:19; 26]⁷⁸.

⁷⁷ Note que no entendimento medieval sobre os meios de comunicação, conforme mencionado por Habermas – em quem me referenciei acima sobre a transconfiguração de sentido entre as categorias “público” e “privado” –, esse esquema se inverteria, levando a compreender o Estado como responsável de tratamento e o público como responsável causal. Nesta acepção, os meios de comunicação servem de canal entre o poder público (como emissor privilegiado) e o público (como receptor).

⁷⁸ Para Capella e Jamieson [1997:244], só a ampliação da *accountability*, o incentivo à participação do eleitor no jornalismo cívico e o foco em enquadramentos temáticos (*issue*) podem contrabalançar a espiral de cinismo. O enquadramento temático, segundo os autores, se opõe a outro tipo de cobertura, definida por eles como estratégica (*strategy*). No primeiro, o tratamento dado a um tema fornece informação suficiente para que o leitor possa embasar sua opinião.

Dois exemplos claros de enquadramento temático, nos moldes de Capella e Jamieson, são a reportagem sobre os cuidados que os moradores devem tomar para não serem infectados pelo mosquito da Dengue [ed. 11] e a reportagem publicada na edição 1, que apresentava aos leitores como havia ficado o quadro político-partidário após o retorno ao pluripartidarismo (1979-). Neste último artigo, é interessante notar que mesmo enquadramentos temáticos possuem perspectivas editoriais estratégicas, uma vez que a definição em poucas palavras a linha de atuação de cada partido deixa transparecer a opção política dos próprios editores – sobretudo em frases como “PP – Partido Popular: Onde se reuniram os banqueiros, empresários e fazendeiros” e “PT – Partido dos Trabalhadores: Idéia que nasceu [...] da necessidade dos trabalhadores se organizarem num partido”.

No caso do União da Maré, a vilanização do poder público serve como evidente contraponto à afirmação de uma identidade favelada, uma identidade, por assim dizer, autônoma, que não se presta a servir de massa de manobra. Vinhetas de alto-falantes e trombones [ed. 4] servem para simbolizar que o jornal dá voz aos seus leitores – e coincidentemente evocar as rádios de caixinha, que hoje permeiam a Maré.

Os nomes das colunas do jornal são evidências à parte: “Pinga Fogo”, “Lance Livre”, “O alô do Parque Rubens Vaz” e “Baixa do Sapateiro dá sua paulada” corroboram a afirmação de que o União da Maré compreendia, a seu modo, seu papel como instrumento de *accountability*⁷⁹. Relatando suas conquistas – o concerto de uma passarela da Avenida Brasil graças à “campanha” feita pelo veículo, a assunção da entrega de correspondência pelos Correios no Parque União, entre outras reivindicações –, os editores expunham ao leitor sua visão de que “O *Jornal União da Maré* tem que ser a voz, daqueles que não tiveram vez, mas que agora chegou a nossa vez e a nossa voz” [ed. 2, os termos grifados estão em capitulares no original]. Assumindo seu discurso contra o poder público é que o União da Maré legitima-se como voz dos excluídos e afirma seu ideal de participação cidadã⁸⁰.

Assim se coloca, de acordo com Fernando Lattman-Weltman [2003:150],

a questão da informação – da produção e circulação, na sociedade, de dados e versões sobre dados, de estruturas de representação e significação desses mesmos dados ou versões – como uma das mais decisivas no que se refere a mobilização e à legitimação de estratégias de conduta política ou de intervenções em questões de engenharia institucional democrática.

A “voz dos excluídos” é ainda o grande paradoxo que apresentam os veículos de jornalismo cidadão, em especial os meios

⁷⁹ Ver nota na Introdução desta dissertação.

⁸⁰ Ver nota na Introdução desta dissertação.

de comunicação comunitária. Se os excluídos são aqueles que não têm voz, como pode haver algo que congregue sua voz? Se os jornalistas cidadãos são justamente este grupo de “excluídos”, como podem ser “cidadãos”? E, ainda, lembrando a série de perguntas do blogueiro Nemo Nox com que iniciei esta dissertação, os jornalistas cidadãos são mais cidadãos que os *jornalistas*?

Não tenho respostas imediatas a estas perguntas, apenas entendo que atuando no papel do “bombeiro incendiário” [cf. BOURDIEU, 1997:92] – e aqui eu relaciono a expressão de Bourdieu com o nome da coluna, “Pinga Fogo”, que remete por sua vez a uma aguardente tipicamente nordestina –, o União da Maré veste a missão atribuída ao ethos jornalístico pelo senso comum da categoria. Desta forma é que o jornal comunitário se apresenta como verdadeira ferramenta de jornalismo cidadão. “Surgido do esforço de moradores daqui, nossa voz estará presente em todas as horas que se fizerem necessárias, em defesa das nossas necessidades e da legalização da terra. [...] Casso isso ocorra, a UNIÃO DA MARÉ tá lá” [ed. 4]. Resumindo sem meias palavras, “Este jornal é nossa arma” [ed. 2].

2. UM JORNAL CIDADÃO

A imagem de uma utópica e ideal reunião de pauta de um jornal comunitário poderia ser a seguinte: todos os moradores juntos num estádio de futebol discutindo sobre como deveria ser ou não o Jornal. Todos participando, cada um com direito a voz

[André Luís Esteves Pinto, ex-editor do Jornal O Cidadão]

Sempre tive curiosidade sobre os nomes dos jornais. Vespertinos ou matutinos, tablóides ou standards, de elite ou populares, nomes rotineiramente precedidos pelo artigo definido me faziam traduzir o jornal como uma instância rígida e coletivizada. O Estado, O Diário, O Globo, O Planeta, os qualificadores eram em geral muito intransigentes. E habitualmente os mesmos. Eu notava ainda que todos eles tentavam expressar a sua abrangência. Eram meios de massa, afinal. Nada mais previsível que buscassem uma identidade ampliada, que acolhesse o mais possível o leitor médio.

Desde que, há cerca de quatro anos, ouvi falar pela primeira vez no jornal comunitário O Cidadão⁸¹, este nome ressoou fundo sem que eu conscientemente reparasse o porquê. No contato com a literatura que trata da conceituação de jornalismo cidadão, porém, me entusiasmei com a idéia daquela proposição. Eu achava curioso que um jornal com aquele nome fosse explorado como veículo de comunicação comunitária, mas jamais como veículo de jornalismo cidadão. Os discursos orientados pelo pessoal do Ceasm e os estudos no cenário acadêmico sobre o jornal, que desde o seu

⁸¹ O jornal O Cidadão apresenta-se em todas as edições com o slogan “o jornal do bairro Maré”. Comentarei sobre este slogan no decorrer do capítulo.

surgimento já pipocavam aqui e ali, sempre davam conta de um jornal comunitário, que procurava se contrapor aos grandes meios de comunicação. Mas, por óbvio que fosse, não se falava no Cidadão como uma experiência de jornalismo cidadão.

Eu já disse e repito que trabalhar com essas duas categorias, a do jornalismo cidadão e a da comunicação comunitária, foi ao mesmo tempo uma das escolhas mais acertadas e um dos principais pontos fracos de meu argumento. Para mim, fica claro que a delimitação conceitual de jornalismo cidadão ainda precisa ser trabalhada de modo mais enfático. Minha tentativa, ao procurar definir, por exemplo, a dinâmica do jornalismo cidadão de base comunitária, é justamente me apoiar em uma noção já bem trabalhada para demonstrar o quanto é possível alargar suas fronteiras teóricas. Como vimos [cf. introdução desta dissertação], é bastante comum o uso atrelado da noção de jornalismo cidadão ao ambiente das novas tecnologias. Foi somente ao trabalhar com o universo do jornalismo público, o universo do jornalismo cívico e das demais vertentes que ora disputam espaço ora se confundem, que pude perceber que o jornalismo cidadão, conceitualmente, é de fato sub-aproveitado. Por isso e a despeito das críticas que me apontavam na direção de descartá-lo como opção metodológica, é que segui no esforço de compreendê-lo não apenas como prática comunicacional restrita ao mundo novo da internet, mas como uma prática social que, inclusive, me permitisse incorporar, entre outros cenários, o da comunicação comunitária.

Foi assim que olhei para o jornal O Cidadão ainda com o olhar ingênuo dos primeiros dias de pesquisa: como experiência de jornalismo cidadão de base comunitária. Achei intrigante o fato de que seu nome – o nome do jornalzinho – evocava não uma instância coletivizada mas uma instância individualizada. Não era “O Planeta da Cidadania” ou mesmo “O Diário da Cidadania”; era O Cidadão, que estava ali em minhas mãos. Isso me fez refletir sobre a distância entre a experiência do jornalismo cidadão e a da comunicação comunitária como uma questão de número, pois, enquanto a

comunicação comunitária se pretende uma experiência de grupo, o cidadão-jornalista exerce, em certo sentido, uma ação “individual”. O jornalismo cidadão é assim descrito como o jornalismo em que cada cidadão é um repórter. Sendo assim, o cidadão é o próprio *meio*. Contudo – e o aspecto que levanto é claramente influenciado pelos questionamentos de Nemo Nox com que iniciei minha dissertação –, se é cidadão, o cidadão-jornalista está circunscrito a algum lugar, um lugar-cidade, sem o qual ele é incapaz de reconhecer-se cidadão. O cidadão-jornalista, portanto, é cidadão de algum lugar. Esta colocação é importante para entendermos que não se trata de buscar meramente atrelar o cidadão-jornalista a uma localidade física, mas de evidenciar o caráter imaginário da comunidade a que pertence.

De acordo com Benedict Anderson [1983:44], autor que elabora a definição do que viriam a ser *comunidades imaginadas*, o fato de uma pessoa ver réplicas exatas do jornal que lê com seus vizinhos, no metrô ou na barbearia, por exemplo, lhe dá uma sensação de tranqüilidade e conforto, que compreende a visão de que o seu mundo imaginado está enraizado no cotidiano. Tido como meio de massa⁸², o jornal é responsável por formular os limites desta

⁸² Um dos erros mais comuns em termos de estratégias de comunicação comunitária é a transformação dos meios de massa em figuras “perversas”, capazes apenas de destruir e alienar. Mas “Os veículos de comunicação massiva não são [...], necessariamente, ‘perversos’ com relação aos interesses populares. Eles, enquanto meios técnicos, permitem diversas formas de emprego, como já disse Brecht há muitos anos. Muitas experiências, principalmente no setor da radiofonia, têm demonstrado sua potencialidade quanto a um trabalho educativo na perspectiva emancipadora” [PERUZZO, 2004:131]. Em termos de formação e compreensão de uma comunidade imaginada – em torno de determinado meio –, os meios tradicionais e os meios comunitários obedecem a uma dinâmica bastante parecida à diferença que, no caso destes últimos, “Seu conteúdo, seus formatos e sua linguagem têm muito a ver com o universo cultural de segmentos de receptores” [id.:ibid.]. Ainda assim, é preciso lembrar sempre que o receptor é livre para a apreensão do produto comunicacional da forma como lhe aprouver. Ao dizer isto, faço especial referência à pesquisa da professora Rosane Prado que resultou, à época, em sua dissertação de mestrado: Rosane estudou a relação entre as mulheres de Cunha, em Angra dos Reis (RJ), e as telenovelas, demonstrando, entre outras coisas, como o momento da novela era um momento de afirmação da mulher dentro de casa, quando ela deixava de ser submissa ao marido e aos filhos para entreter-se assistindo à televisão [cf. PRADO, Rosane

comunidade. Formular ou “fabular”, para utilizar um termo empregado por André Luís Esteves Pinto [2004] em sua dissertação sobre o jornal O Cidadão⁸³.

Reconhecer quais são os assuntos em voga em um determinado grupo social, isto é, qual a pauta⁸⁴; identificar laços de pertencimento através de valores comuns; perceber traços semelhantes nos comportamentos individuais, isso tudo é papel do jornal. Na perspectiva de Robert Park [1967:28], teórico da chamada Escola de Chicago, a crônica noticiosa é chocante e ao mesmo tempo fascinante exatamente porque o leitor médio “conhece muito pouco a vida da qual o jornal é o registro”. Mas conhecer pouco, para Park, não reflete uma falta de identificação com o cotidiano daquele grupo. Ao contrário. Conhecer pouco significa que os laços – e aqui está a aproximação com o pensamento de Anderson – não são físicos, como em uma comunidade tradicional: eles são, por assim dizer, imaginados. De forma semelhante, Tocqueville comenta que grupos

Manhães. *Mulher de novela e mulher de verdade: Estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela*. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, 1987. **(Dissertação de Mestrado.)**

No âmbito da comunicação comunitária, nunca é demais lembrar que os meios de massa e os meios locais não são absolutamente concorrentes. Na Maré, um exemplo disto, é a simbiose que a Rádio Maré desenvolvia com a televisão: Alceu José, o Teteu [2008:depoimento oral], conta que sempre que havia um sorteio de televisão, por exemplo, a audiência da rádio crescia. Círcia Maria Peruzzo concorda com esta visão mais simbiótica que concorrente entre os meios. “Quem,” diz ela, “mesmo lendo o jornalzinho da ‘comunidade’, não acompanha o noticiário da televisão? Ou quem deixa de ver a ‘novela das oito’ para assistir um programa da tevê educativa ou cultural?” [PERUZZO, 2004:131].

⁸³ Falarei mais adiante em mais detalhes sobre a dissertação de André Luís, mas apresento desde já uma das imagens que ele utiliza sobre a mídia tradicional, indicando que os grandes meios têm um “potencial fabulatório” [PINTO, 2004:98] para tratar da realidade social das favelas, geralmente descrevendo-as como locais de selvageria e violência e ignorando o panorama cultural das comunidades.

⁸⁴ A pauta, ou o *bios midiático*, na visão engajada de André Luís [2004:119], é uma espécie de “estratégia do Capital” a fim de provocar o instinto do consumo simbólico de celebridades. Nas suas palavras [id.:ibid.]: “Imagine agora: um morador leitor de O Dia, abre o jornal e lê uma entrevista com Ronaldinho, Malu Mader e companhia. Que significado isso tem? [...] Que outro evento não é a população do bairro se deparar com perfis como de seu Zé”.

sociais (nas palavras dele, “associações democráticas”) não devem prescindir de um instrumento como um jornal, pois, como meio de massa, o jornal é capaz de “apresentar a mil leitores o mesmo pensamento ao mesmo tempo” [TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2000:106]⁸⁵. O cidadão-jornalista, diante dos argumentos que apresentei, é, portanto, um *comum*, na definição que, segundo Habermas [2003:19-24], é herança feudal para a designação do homem privado. O jornalismo cidadão de base comunitária, nesse sentido, deixa de ter seu telhado de vidro conceitual.

Mas eu, diante de um exemplar do jornal O Cidadão, precisava ainda entender o que me entusiasmava para empreender uma pesquisa que, de um modo ou de outro, aventava como objeto um tema já exaustivamente detalhado no meio acadêmico. Confesso que a primeira reação ao descobrir as pesquisas de André Luís Esteves Pinto, Carla Baiense Félix e Vitor de Castro foi de completo desânimo, como se minha descoberta fosse o ovo de Colombo dos outros. Sabedor dos interesses de meus colegas pesquisadores, optei por: (1) não me restringir, de modo algum, à análise do jornal O Cidadão – o que, de certo modo, me levou à pesquisa que hoje desenvolvo, abrangendo uma série de outros meios comunitários surgidos nas últimas três décadas na região; (2) não me preocupar de maneira exacerbada com a descrição histórica dos primórdios do jornal, passagem já extensamente coberta pela dissertação, por exemplo, de André Luís [2004]; e (3) trabalhar as questões deixadas em aberto sobre o entendimento do jornal O Cidadão como experiência propriamente de jornalismo cidadão, fazendo uso, a partir deste entendimento, de uma literatura mais voltada para o campo da Comunicação Política que para as margens teóricas da Comunicação Comunitária, de influência marcadamente gramsciana. Os três pesquisadores que citei como tendo desenvolvido trabalhos

⁸⁵ A citação original de Tocqueville está no clássico *A democracia na América*, também relacionado em minha bibliografia, mas eu a destaco do texto de Putnam, a fim de evidenciar a referência original do autor.

relacionados ao jornal O Cidadão e à comunicação comunitária na Maré, todos são mestres (ou mestrando) pela Escola de Comunicação da UFRJ e, de certo modo, tiveram engajamento nos movimentos sociais locais, portanto, em certo sentido, eram o que se costuma chamar de intelectuais orgânicos. Vitor de Castro, meu colega dos tempos da Faculdade de Comunicação Social da Uerj, é assessor de imprensa do Observatório de Favelas e ingressou no mestrado à mesma época que eu. Carla Baiense é funcionária do Ceasm e responde atualmente como Coordenadora de Comunicação no expediente do jornal O Cidadão. E André Luís foi editor do mesmo jornal entre 2000 e 2004, tendo sido responsável por algumas das principais medidas no período de consolidação da “marca”. Todos os três foram orientados em suas pesquisas pela professora Raquel Paiva, da Eco-UFRJ e se detiveram na experiência acumulada pelo jornal e experiências contemporâneas de comunicação comunitária. Portanto, havia, é claro, uma outra brecha não explorada por eles: a de que, a se considerar o espectro histórico, a experiência do jornal O Cidadão encontraria semelhanças e diferenças com a de outros jornais anteriores que circularam pela região, ainda que estes não tenham obtido sucesso em seus objetivos de se firmarem como veículos comunitários da área da Maré.

Dessa forma, minha intenção imediata no capítulo que se segue é explorar esta via, traduzindo o jornal O Cidadão como uma espécie de sucessor, por exemplo, do jornal *União da Maré*. Pretendo também levantar novas questões sobre a forma como o jornal comunitário trabalha a identidade dos moradores da Maré e, por outro lado, citar alguns rápidos exemplos de como se dá a recepção desses moradores diante deste trabalho. E, ainda, discutir um pouco sobre o que André Luís chama de “padrão de qualidade do Ceasm”, a inserção do jornal no projeto político da ong e a proposta editorial do veículo, incluindo aí considerações sobre o tempo em que André Luís esteve à frente do jornal e o período que o sucedeu. Minha idéia é avaliar como se dá a participação da população no processo de produção do jornal comunitário e analisar as características que o

tornaram um dos mais bem-sucedidos exemplos de veículo desse gênero no país.

2. 1. 'Vencidos voltaremos à casa

Nossos netos lutarão melhor'

*Tem gente até que brinca e diz que gostar
de ser da Maré é uma invenção do Ceasm*

[O Cidadão]

À História tenta-se rotineiramente apregoar um fim: o fim da história. Outros tantos tentam apontar o início dos tempos, o início da história. Compreender a História como um movimento, sem início e sem fim definidos (ou com quantos inícios e fins nós quisermos lhe atribuir), é uma tarefa que leva em conta a conjuntura. E esse trabalho conjuntural é precisamente o que faz da História, História.

Falar em experiências de base comunitária pode parecer uma contação de “causos”, histórias isoladas que procuram ilustrar um ou outro aspecto de meus questionamentos. No entanto, quem olha para essas experiências desta forma, esquece-se da conjuntura que lhes cerca, e esquece-se que há semelhanças e diferenças a serem notadas no processo histórico em que se desenvolvem.

Contada pelo Ceasm, organização a que ainda hoje está vinculado o jornal comunitário, a história dO Cidadão se inicia em julho de 1999, com uma edição simples, de doze páginas, em que a matéria principal discorria sobre a origem das comunidades da área da Maré. Falar sobre O Cidadão, como a experiência de comunicação mais bem sucedida de que se tem notícia, com já dez anos de estrada, porém, é ignorar o cenário em que esta experiência se firmou. Pois, “Desde o final [eu diria até desde o início] da década de 80, diversas iniciativas de moradores tentaram implantar veículos de comunicação na Maré. No entanto, os êxitos conseguidos foram limitados” [PINTO, 2000:48]. A desmobilização da comunidade, na maioria dos casos, acabou repercutindo no fracasso dessas

experiências pioneiras. Não é à toa que o *União da Maré*, como vimos [cf. capítulo anterior], costumava clamar pela participação dos moradores em suas reuniões de pauta e discussões sobre o Projeto Rio. Os custos de um empreendimento deste porte em uma favela também costumam ser cruéis opositores para que os veículos se firmem em definitivo. No entanto, como procurei já antecipar desde o capítulo anterior, o fracasso de uma destas experiências não significa em absoluto que experiências semelhantes fracassarão. Tampouco significa, é claro, que experiências sucedentes se afirmarão com mais facilidade. Na visão de Albert Hirschman [1987:30], “A reação ‘normal’ ao fracasso de uma ação coletiva provavelmente não será a repetição dessa ação. Ao contrário, é o desalento, o desespero ou, na melhor das hipóteses, uma busca ativa da felicidade *isoladamente*”. No entanto, as experiências de base na América Latina que ele próprio relata o fazem enxergar como fracassos anteriores podem se reverter em sucessos no momento seguinte. Ao que Hirschman cita, para ilustrar esta passagem, o verso com que intitulei este trecho de meu capítulo (“Vencidos voltaremos à casa / Nossos netos lutarão melhor”), do repertório camponês alemão do século XVI, e que evidencia o argumento que ele tenta delinear como o Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social [id.:ibid.]. Segundo Hirschman, o princípio descrito por ele se enquadra perfeitamente numa campanha contra o complexo de fracasso (ou “fracassomania”) – que pode em si mesmo levar a fracassos reais [HIRSCHMAN, 1987:37].

Assim, o Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social aponta para casos em que a mobilização prévia – no nosso exemplo específico, a constituição de uma cultura de mídia na região a partir dos casos do *União da Maré* e mesmo da *TV Maré* – contribuiu significativamente para o ressurgimento da ação cooperativa. Na prática,

ao examinarmos a história pessoal dos principais atores, descobrimos que a maioria participou previamente de outras experiências, geralmente mais ‘radicais’ de ação coletiva que, de modo geral, não alcançou seu objetivo, com frequência

devido à repressão oficial. É como se os protagonistas de uma aspiração anterior por mudança social e sua tendência à ação coletiva não os tivesse realmente abandonado, embora os movimentos de que participaram tenham fracassado ou sido extintos. Mais tarde essa 'energia social' se torna novamente ativa mas provavelmente sob forma diferente. Portanto, pode ser muito difícil observar que temos diante de nós um tipo especial de seqüência, uma *renovação* de energia em vez de uma evolução totalmente nova [HIRSCHMAN, 1987:29-30].

Em minha análise específica sobre o jornal O Cidadão, a atuação de Eliana à frente da Chapa Rosa e como colaboradora do *União da Maré*, e mesmo a participação de Carlinhos no grupo da *TV Maré*, são prováveis responsáveis pelo "calçamento" do terreno, que ajudou a consolidar a experiência do Cidadão. Carlinhos e Eliana não estiveram diretamente envolvidos no aspecto da produção e do planejamento do jornal comunitário, mas foram o braço de sustentação institucional para a iniciativa. A energia social de Hirschman [1987], que mantém claro parentesco com o capital social tal como apresentado por Putnam⁸⁶ [2000:177], é um conceito que me permite trabalhar com uma aproximação em direção à física moderna, em que se tem a distância entre a energia cinética e a energia potencial, sendo a primeira desempenhada quando há movimento e a segunda, uma espécie de combustível armazenado em depósito, a fim de ser convertida em energia cinética mais adiante.

Com isso, quero deixar claro meu entendimento de que, embora haja diferenças evidentes entre uma experiência e outra, o

⁸⁶ Para Bruno Reis, "em que pesem os claros méritos do trabalho de Putnam quanto ao esforço de síntese de 20 anos dedicados a pesquisa empírica cuidadosa da vida política na península italiana, a elaboração teórica em que o trabalho pretende fundamentar suas principais conclusões ficou condenada às duas dezenas de páginas do capítulo final do livro, e – embora envolva algumas intuições promissoras – deixa muitas perguntas sem resposta, legando para a sua posteridade o trabalho de detalhar de maneira mais sólida a estrutura analítica do argumento" [REIS, 2003:35]. Assim, a conceituação de capital social e confiança interpessoal, apresentadas superficialmente por Putnam ainda que aponte para uma saída de larga tradição em economia, aparece apenas como um conceito "guarda-chuva" [id.:47].

simples fato de o *União da Maré* ter surgido no princípio da década de 1980, cerca de vinte anos antes da origem do Cidadão já constitui por si só em um fator influenciador para o sucesso deste veículo⁸⁷. Da mesma forma, o trabalho com a *TV Maré* que despertou o interesse de Carlinhos e Marcelo [cf. capítulo 4 desta dissertação] pela história das comunidades e culminou na apostila produzida por Carlinhos [2002] intitulada *A História da Maré em capítulos*, foi, por sua vez, a base para a exposição-piloto que o Ceasm organizou no Museu da República em 2004 e também para os textos da página “Memórias da Maré”, uma das colunas do Cidadão, sendo que a edição primeira do jornal, já trazendo a temática do histórico das comunidades, indicava claramente a influência das experiências anteriores.

Para procurar suprir o amadorismo – e veremos essa questão com mais detalhes logo a seguir, ainda neste capítulo –, os dirigentes do Ceasm buscaram formar uma equipe tecnicamente instruída para guiar o projeto e, em seguida, capacitar outros grupos locais para que as atividades tivessem uma continuidade auto-sustentável. A partir daí, a equipe foi inicialmente constituída por um jornalista da Gazeta Mercantil⁸⁸, um fotógrafo do grupo Imagens da Terra, uma programadora visual da Faculdade de Letras da UFRJ e uma última pessoa encarregada da captação de anúncios [PINTO, 2000:52]. Jovens que cursavam o pré-vestibular comunitário do Ceasm (CPV-Maré) completavam o grupo. Todo o trabalho era feito voluntariamente e de forma completamente amadora. Tanto que

⁸⁷ Não posso dizer que o caso do *União da Maré* tenha sido demoradamente analisado pela equipe do Ceasm a fim de criar um jornal comunitário como O Cidadão. O próprio Carlinhos [2008:depoimento oral] admite que só veio a conhecer o *União da Maré* mais tarde, quando da doação do acervo das edições do jornal ao Adov por Eliana. No entanto, características como a captação de anunciantes locais, as reuniões de pauta com incorporação de sugestões dos moradores locais, as pequenas colunas de notas intituladas “Boca no Trombone”, e mesmo a idéia de traduzir em um veículo a “invenção” de um cenário como o “bairro Maré” que O Cidadão traz em seu subtítulo e o *União da Maré* trazia em seu logotipo refletem projetos editoriais próximos em intento político.

⁸⁸ Trata-se de Marlúcio Luna, jornalista que já atuou no Globo, no JB e na Gazeta Mercantil [Antônio Carlos Pinto VIEIRA, 2008:depoimento oral].

André Luís Esteves Pinto [2000:59] afirma que a primeira edição do jornal precisou ser inteiramente reescrita, porque “nem mesmo as informações colhidas na apuração” dos textos dos alunos do CPV puderam ser aproveitadas. Nessa época, porém, André ainda não integrava a equipe dO Cidadão. Sua entrada se deu a partir da segunda edição, quando se tentou reforçar a equipe e fazer um trabalho de capacitação a partir de aulas de técnicas de reportagem e escrita jornalística. Segundo Carlinhos [2008:depoimento oral], André Luís trabalhava em um projeto de mídia alternativa do Programa Comunidade Solidária, que desenvolveu, entre outras ações, um jornalzinho chamado Maré Ação. Ele se aproximou do Ceasm interessado, segundo Carlinhos [id.:ibid.], na *Rádio Maré FM*, mas acabou se integrando logo em seguida ao esquema de produção do jornal comunitário.

Havia, no princípio, uma dificuldade grande em se conciliar o trabalho voluntário com os horários dos membros da equipe [PINTO, 2000:59]. A sexta edição, que marca uma breve experiência em formato tablóide do jornal, já apresentava alguma melhora nos textos, mas o jornal precisava ainda de pessoal capacitado para exercer funções de diagramação e captação de anunciantes.

Desde o princípio, um esquema de parceria com a gráfica da Ediouro – cujo prédio fica na Baixa do Sapateiro e grande parte de seus funcionários são moradores da Maré – garantiu a impressão de uma tiragem de cinco mil exemplares do jornal mensalmente [id.:52], mas todo o controle no fechamento da paginação era de responsabilidade da equipe dO Cidadão. Em um breve intervalo de tempo, o jornal já havia ganhado uma sede física para sua redação no prédio do Ceasm no Timbau e contava com um patrocínio da Petrobras, de cerca de mil reais por mês, que permitia o pagamento de bolsas para uma parcela do grupo [id.:62]. Os anúncios rendiam cerca de R\$400 mensais. E, para gerenciar esse capital, foi aberta

uma conta bancária para o jornal⁸⁹, símbolo de sua independência ao menos no aspecto financeiro da experiência.

Em março de 2000, André Luís assume a edição interinamente, após a saída do editor anterior. De interino, ainda na graduação em jornalismo, ele acaba incorporando a função em definitivo. Após a sua saída, outras três integrantes da equipe já assumiram a chefia de edição subseqüentemente. A primeira delas foi Renata Souza, moradora da Nova Holanda e jornalista formada pela PUC-Rio. Logo depois, Viviane Couto, do Parque Maré e formada em Letras pela UFRJ ocupou o cargo. Hoje, é Cristiane Barbalho a responsável pela edição. Outras seis pessoas são identificadas pelo expediente do jornal na equipe de reportagem⁹⁰, e há ainda uma revisora, um diagramador, um fotógrafo e oito pessoas responsáveis pela distribuição dos exemplares, entre outras funções. As edições são coordenadas por dois jornalistas do Globo, Flávia Oliveira e Aydano André Motta, e a chefia de reportagem é de Carla Baiense, tendo como jornalista responsável Renata Souza (REG. 29150/RJ).

A parceria com a Ediouro também foi revista em pelo menos dois momentos: a partir da sexta edição do jornal, a tiragem passa a contar com a impressão de dez mil exemplares, e, mais adiante, de dez mil exemplares mensais passa-se a vinte mil⁹¹ em um formato

⁸⁹ “Entre os sonhos de consumo do jornal está a compra de um carro de reportagem. A idéia é gradativamente acabar com o trabalho voluntariado, investindo numa estrutura o mais profissional possível de trabalho” [PINTO, 2000:62].

⁹⁰ Nos tempos de André Luís, já integravam a equipe do jornal Viviane Couto, Renata Souza, Hélio Euclides (repórter e fotógrafo) e Rosilene Matos (repórter e atual coordenadora geral do projeto), além de Lígia Palmeira, Leonardo Marques, Paulo José da Silva, Cristiane Ferreira, José Carlos Fonseca, Lúcio Mello, Ione Galletti e o próprio André Luís Esteves Pinto. “Dessa forma, a Maré tem hoje uma das raras equipes orgânicas de jornalismo comunitário formadas por jovens universitários locais” [PINTO, 2004:103].

⁹¹ O cálculo admitido por André Luís [2004:127], em sua dissertação é de que, caso o Ceasm tivesse que arcar com os custos do fotolito e da impressão, precisaria desembolsar algo em torno de R\$7 mil, valor que corresponde a mais do que o dobro do que o jornal arrecada. Hoje, além do patrocínio da Petrobras e das parcerias com o Instituto Oi Telemar e a Ediouro, O Cidadão tem como fonte de recursos os

revista de 24 páginas e de publicação bimestral ou trimestral, cuja regularidade recai sobre a função da diagramação, geralmente admitida como sobrecarregada.

No período em que foi editor do jornal, André Luís preocupava-se em capacitar a equipe, a fim de que o projeto pudesse garantir sua continuidade. “Hoje, Estevez [sic] viaja pelo país montando oficinas de comunicação comunitária inspiradas no sucesso do jornal *O Cidadão*” [ed. 50:9]. No entanto, algumas medidas implantadas em sua “gestão”, sobretudo no que diz respeito ao tratamento das notícias, foram descontinuadas pelos seus sucessores. Tema obviamente descoberto por sua dissertação, já que se refere ao período posterior ao que pesquisou, os editoriais e o próprio estilo do jornal vão aos poucos se adaptando às novas editoras. Atualmente, por exemplo, o aporuguesamento dos termos estrangeiros não é obrigatório como antes. Já é possível notar, pouco a pouco, o uso de expressões como “site” (antes substituído em todas as ocasiões por “página virtual”), “swing” (em vez do “suíngue” musical) e “beach soccer” (para se referir ao “futebol de areia”).

O posicionamento ideológico sobre o Governo Lula também – seja pela real desilusão com o Partido dos Trabalhadores no poder, seja pela efetiva mudança de postura diante do posicionamento quase-militante de André Luís – foi uma das guinadas que mais me chamou atenção. Em 2002, uma edição coordenada por André saudava a esperança como vencedora diante do medo, após a eleição de Lula. Dois anos depois, Viviane Couto já mancheteava a pergunta “Governo Lula faz dois anos. E aí?”, falando sobre a “decepção” [ed. 38] após o período das eleições e o cenário de corrupção veiculado pela mídia tradicional. Em 2008, a reportagem de capa da edição 55, que trazia o título “PAC: Impacto sem participação popular” foi alvo de críticas e contestações de dirigentes do Ceasm. Como pude presenciar, na feijoada que comemorava os dois anos do *Museu da Maré*, Luiz, Carlinhos e Cláudia Rose, os três responsáveis

anunciantes locais, que somam cerca de R\$1,3 mil para as despesas correntes [2004:128].

pela Rede Memória, se reuniram para reclamar da manchete “altamente ideológica” do jornal. Cláudia Rose e Carlinhos lembravam que O Cidadão hoje é financiado também pelo Governo do Estado, que apóia o Governo Lula, e criticar as obras do PAC certamente teria conseqüências negativas para a imagem da instituição⁹². As turbulências entre O Cidadão e o Ceasm são o foco de minha análise a seguir. Por ora, vale apontar que “se o parâmetro usado para definir um jornal comunitário for o processo democrático de sua gestão, O Cidadão não é um jornal comunitário. [...] Mas, diante daquilo que foi exposto aqui, quem negaria que O Cidadão é um veículo comunitário de natureza profundamente participativa?” [PINTO, 2004:142]. O que fica patente é que o processo editorial de tomada de decisão é e deve continuar sendo verticalizado. A estrutura hierárquica por trás do funcionamento de um veículo de imprensa não é mera convenção. Para responder rapidamente às demandas colocadas pela própria comunidade, é preciso que o jornal tenha repórteres, chefes de reportagem, paginadores, editores. O ideal de que todo cidadão é um repórter, no entanto, não é jamais mero slogan publicitário. Em experiências de jornalismo cidadão como a dO Cidadão a população é mobilizada para atuar como “co-produtora do processo comunicativo” [PINTO, 2004:137]. Muitas vezes não apenas as pautas, como a orientação das pautas [id.:126-127] já chegam prontas ao jornalista-cidadão. Noutros casos, os cidadãos-jornalistas enviam,

⁹² Na ocasião, Luiz me contou que, na edição 54, ele havia sido procurado pela Associação de Moradores do Parque União, para responder sobre o fato de o jornal – ao qual ele não tem vinculação – ter apresentado uma foto de uma praça com um parquinho infantil depredado. As críticas do jornal eram dirigidas ao Governo do Estado e à Prefeitura, mas o sr. Delano, da associação de moradores, afirmou a Luiz que os brinquedos foram comprados pela própria associação há oito meses e que, na época, a equipe do jornal não tirou foto para exibir a novidade. Cláudia sugeria que o título da matéria sobre o pac só seria aceitável se fosse colocado como afirmação de alguém, em aspas, ou ao menos como uma pergunta. Essas são algumas das tensões internas por que passa o jornal. Internas, dentro da comunidade. E internas, dentro do próprio Ceasm.

Vale lembrar ainda que, a partir da edição 55, os nomes de Eliana e Jailson deixam de constar do expediente do jornal, após seguidas cisões no processo de condução da ong. No novo site do Ceasm, Carlinhos já consta como atual presidente da instituição.

eles próprios, suas colaborações à redação do jornal. “A comunidade entra nessa partilha com o domínio da linguagem e informações dispersas na cultura e cotidiano local. [...] O jornalista se torna um iniciador de conhecimentos técnicos de produção jornalística em imprensa escrita, rádio e tv” [PINTO, 2000:68-69]. De acordo com Jay Rosen [apud HAAS, 2007:5, tradução minha]⁹³,

Se os jornalistas querem ter algum tipo de voz crítica ou um papel desafiador diante da comunidade, eles devem, de alguma maneira, viver como membros daquela comunidade. A força de suas reportagens se origina não na distância que eles mantêm, mas na conexão que eles estabelecem em relação às aspirações reais e à batalha do cotidiano das pessoas sobre as quais eles tecem seus relatos.

E, assim, ganha sentido o processo participativo⁹⁴.

2.2. Estilo ‘cidadonês’, padrão de qualidade e projeto político mais amplo

No jornalismo público, a autoridade deve estar investida não no mercado, não em um partido, e não no jornalista, mas no público [Michael Schudson, pesquisador da University of Califórnia e da Columbia University]

É inegável que o trabalho do Ceasm e de outras ongs na Maré – como o Observatório de Favelas, o Viva Rio, o Projeto Uerê, a Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso (Acerp), a Ação Comunitária do Brasil (ACB), a Devas e a Terra Nova, entre outras – já rende frutos. Estigmatizada como palco da violência e de disputas entre diferentes facções do tráfico, a Maré das “fábulas” da

⁹³ O texto original de Jay Rosen é: ROSEN, Jay. *Getting the connections right: public journalism and the troubles in the press*. Nova Iorque (EUA): Twentieth Century Fund Press, 1996.

⁹⁴ André Luís Esteves Pinto [2000:69] lembra que “Outra missão do jornalista comunitário seria o estudo e elaboração de estratégias para vencer o cerco da não-participatividade dos moradores, criando diferentes canais de participação da população”.

Grande Mídia, aos poucos, vai cedendo espaço para uma nova Maré. Projetos de dança, esportes olímpicos, capoeira, contação de histórias, capacitação em informática, os exemplos são inúmeros. Quando eu já concluía esta dissertação, ouvi uma pessoa próxima comentar comigo que a Maré tinha cada vez mais uma aura positiva, como cenário das mais diversas obras e ações sociais. Pensei com meus botões que talvez a energia potencial de todo o trabalho de comunicação desenvolvido nos últimos anos esteja finalmente conseguindo romper o silêncio do repouso “fabulatório”. Mas é cedo ainda para chegar a conclusões a esse respeito. Eu apenas quis citar o acontecido para tentar demonstrar como um jornal comunitário como O Cidadão faz parte, sem dúvida, de um projeto político mais amplo [cf. PINTO, 2000; 2004].

A opção por não valorizar a violência em suas pautas⁹⁵ perpassa a idéia de construir identidades e cultivar valores históricos e culturais do Ceasm, características estas típicas dos projetos de comunicação comunitária [cf. PERUZZO, 2004]. A intenção clara do Ceasm, e também de outros grupos que adotam a mesma

⁹⁵ Sabendo tratar-se de uma opção explícita do Ceasm em focar sobre os aspectos culturais positivos da Maré, lembro-me apenas de duas ocasiões em que O Cidadão pautou temas relacionados à violência: a primeira vez foi na matéria sobre a Guerra do Iraque (“Invasão ao Iraque: linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio”) – que, segundo o relato de André Luís, procurava abrir caminho para uma discussão sobre liberdades civis e direitos humanos sem mencionar o perigoso aspecto do tráfico –, e a segunda ocasião, na matéria “Quem vai levar sua alma?”, sobre o caveirão e a política de enfrentamento do poder paralelo capitaneada pelo Governo do Estado. Em ambos os casos, a opção do O Cidadão foi por não aderir ao estereótipo da violência na favela.

Nem sempre, contudo, é possível escapar de uma situação de protesto e manifestação contra a violência. Em dezembro de 2008, o assassinato do menino Matheus quando saía de casa para comprar pão por um policial militar em operação no Timbau – a PM alega que houve confronto com o tráfico, mas as testemunhas indicam que apenas um único disparo foi efetuado, sem qualquer alerta que o precedesse – gerou mobilização entre os moradores. O Ceasm, instituição em que trabalha a mãe do menino, organizou uma passeata e procurou veicular pela mídia tradicional a sua versão dos fatos. É possível que, nos próximos meses, algum(ns) veículo(s) comunitário(s) aborde(m) o tema.

orientação⁹⁶, é de trabalhar a auto-estima do morador de favela, fazendo com que a apropriação de seu cotidiano não passe pelo “olhar preconceituoso e estigmatizado”⁹⁷ da mídia tradicional sobre favelas e periferias brasileiras.

Também para combater este tipo de estereótipo – sendo uma de suas facetas a relação que se costuma estabelecer em nível do senso comum entre um trabalho comunitário e um trabalho amador –, o Ceasm apostou alto suas fichas em um projeto que se firmasse como profissional e bem elaborado. Em termos de mídia, a idéia era que o jornal comunitário deveria se apresentar como um produto atraente no que diz respeito ao visual e ao conteúdo. Assim é que André Luís Esteves Pinto [2000:54] afirma que O Cidadão se apóia no “padrão de qualidade do Ceasm”.

Fazer parte de um “projeto político mais amplo” [PINTO, 2000; 2004] e apoiar-se na marca do “padrão de qualidade do Ceasm” [id.:ibid.] são evidências de que O Cidadão é uma peça institucional. A relação institucional, porém, com o Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré nem sempre é das melhores. Como um veículo de comunicação como outro qualquer, O Cidadão procura trilhar o caminho da independência, razão pela qual optou-se, por exemplo,

⁹⁶ Ainda que a metodologia do levantamento seja altamente criticável, o Observatório de Favelas, através de seu boletim quinzenal, lançou uma enquete em que perguntava se os leitores de fato acreditavam que a mídia estigmatizava as favelas. Para 93% das pessoas que responderam à questão, há, sim, um estereótipo trabalhado pela imprensa de modo geral. Apenas 7% responderam que não [cf. FERREIRA, 2007]. O universo, claro, não é representativo (segundo Vitor de Castro, com quem entrei em contato para saber mais a respeito da pesquisa, foram somente cerca de 60 respostas), e tampouco a metodologia mesma de uma enquete de internet pode ser válida para um grau mais analítico, mas, a mim, parece que a própria pergunta já diz muito sobre a orientação da instituição que conduz a enquete, que surge com base nas redes de Jailson Souza e Silva.

⁹⁷ Cf. ARAÚJO, Mariana. *Mídia e preconceito. Observatório de Favelas*, Comunicação. Disponível em:

<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/>>. Acesso em: 12 ABR 2007.

por confinar os informes das atividades da ong na seção “Nas Redes do Ceasm”⁹⁸.

A ideologia do Ceasm, porém, orienta todo o processo editorial do Cidadão de modo muito mais profundo do que se supõe à primeira vista. Não só a perspectiva de se trabalhar a memória da Maré e a favela como bairro, mas a própria apresentação do jornal – em formato revista, com todas as 24 páginas ilustradas⁹⁹, ilustrações, fotos de arquivos etc – refletem a metodologia do “padrão de qualidade do Ceasm”. A idéia por trás desta orientação é desmitificar o produto “comunitário”, geralmente visto como “coisa de favelado” [cf. PINTO, 2004]. O jornal O Cidadão compete em igualdade com jornais locais e mesmo com grandes jornais em termos visuais e de conteúdo.

Na fala de André Luís [PINTO, 2004:106, grifos meus], “A sofisticação da produção visual, [sic] concede ao Cidadão *legitimação* e *poder* mesmo entre outros veículos de mídia formal na cidade”. É interessante notar a relação que o colega pesquisador propõe entre o “padrão de qualidade” do jornal comunitário e o aspecto de uma eventual operação de poder. Nesses termos, o jornal é ele próprio uma intervenção política [cf. PINTO, 2004:106] e, portanto, atua como instrumento de mobilização e participação cidadã.

André Luís Esteves Pinto [2004:106] ainda relaciona poder e vulnerabilidade ao comentar sobre a preocupação com a sustentabilidade da experiência. O processo de produção do jornal deveria ser também um processo constante de aprimoramento e capacitação de novos agentes (entendidos como “cidadãos-

⁹⁸ “Existe o cuidado de evitar que o jornal tenha muitas matérias sobre o Ceasm, o que poderia gerar um ar institucional ao veículo. A solução encontrada foi criar uma coluna chamada *Nas Redes do Ceasm* com informativos sobre as atividades realizadas pela entidade. As exceções são as matérias que merecem destaque especial, como a dos vestibulandos da Maré” [PINTO, 2000:58].

⁹⁹ Até bem pouco tempo, o jornal possuía apenas a capa, a contracapa e as duas páginas centrais coloridas. O último acordo de parceria com a Ediouro garantiu que todas as páginas passassem a ser impressas em fotolitos coloridos.

jornalistas”), a fim de garantir a continuidade técnica do veículo. Manter um alto “padrão de qualidade” significa, geralmente, atrelar o processo produtivo às pessoas. No caso do Cidadão, uma das chaves de sua longevidade é justamente a desvinculação entre estas esferas.

Mas o “padrão de qualidade do Ceasm” é, muitas vezes, mero catalisador deste processo de legitimação. Embora se admita comumente que O Cidadão não poderia ser produzido em condições outras que não a presença do Ceasm, o clamor pela independência editorial é o que traz à tona, por exemplo, decisões editoriais arriscadas como a de se criticar o Governo de Lula [“Apesar de todo o discurso, o governo Lula ainda não conseguiu eliminar do país um dos maiores problemas sociais: o desemprego”, ed. 40]. Possivelmente incorrerei em generalização anti-científica, mas me parece que O Cidadão pertence a um projeto político mais amplo do Ceasm apenas quando lhe convém. No mais, o discurso que, por razões evidentes, lhe valoriza como produto comunicacional é o da independência editorial. E, na pesquisa realizada entre os moradores sobre O Cidadão¹⁰⁰, cerca de 80% dos entrevistados responderam não saber tratar-se o jornal de um produto vinculado ao Ceasm. Cair, portanto, numa rixa que antepõe o jornal à instituição que o viabiliza pode constituir-se em problema para a imagem de ambos.

Do padrão ao estilo. O “estilo cidadonês”, a que André Luís [PINTO, 2004:107] também se refere, ilustra a decisão editorial de adotar uma linguagem próxima à dos falantes locais. Neste caso, o jornal comunitário assemelha-se a um produto radiofônico [id.:108]. Na época em que André era o editor, isto se tornava mais claro com a divisão do texto em múltiplos boxes informativos. Por vezes, nitidamente se tratava de um texto corrido, mas a edição o dividia em

¹⁰⁰ Logo adiante comento em mais detalhes a análise de André Luís sobre a pesquisa, que entrevistou 784 moradores locais sobre a sua percepção acerca do jornal comunitário, entre 28 de julho e 2 de agosto de 2003, e tem margem de erro de 3,57 pontos percentuais.

pequenos blocos a fim de facilitar e dinamizar a leitura. Hoje, as reportagens contam com o recurso dos entretítulos, que também segmentam a leitura, mas, tendo conquistado espaço na comunidade através do artifício de redação, a radicalidade dos boxes ficou para trás na maior parte dos casos. Será esse um indício de que O Cidadão também constrói sua própria cultura de mídia na favela?

Há ainda a preferência por editar textos sempre pontuados, diminuindo a extensão dos períodos compostos, e a interessante apropriação da segunda pessoa verbal [“Imagine uma questão de prova...”, ed. 25], que tende a trazer o leitor mais para perto. Na prática, o “estilo cidadonês” se converte em uma linguagem média para o morador local, uma tentativa em escala muito próxima do que fazem os grandes veículos de massa em âmbito nacional. Obviamente, a intenção é parte dos esforços de se constituir uma identidade entre jornal e comunidade, sobre o que falaremos na terceira parte deste capítulo.

Entre as principais editorias¹⁰¹ do jornal O Cidadão, para além da matéria de capa que ocupa três a quatro páginas, estão: a seção “Perfil”, com o perfil de um morador da área da Maré; a seção “Rua”, com o histórico de uma das ruas da região¹⁰²; a seção “Memórias da Maré”, escrita e produzida pela Rede Memória de forma independente¹⁰³ –; a coluna “Como a Vovó Dizia”, de dicas

¹⁰¹ Chamo de “editorias” por ser esta a linguagem corrente entre os próprios realizadores do jornal, mas entre elas, além das editoriais propriamente ditas, estão listadas seções, colunas e retrancas mais comuns.

¹⁰² A chamada “editoria” Ruas da Maré foi extinta em 2008, na edição 55 do jornal. Presente desde 2003, a seção apresentava textos sobre a história das ruas da região e de seus nomes. Entre as vias pautadas, estiveram: a rua Guilherme Maxwell, a rua Capivari, a rua Nova Jerusalém, a rua Tatajuba etc.

¹⁰³ Na edição 47, o texto da seção *Memórias da Maré*, que ocupa a contracapa do jornal, não foi entregue a tempo pela Rede Memória. Temendo atrasos na paginação do veículo, a equipe do Cidadão optou por preencher o espaço com uma “matéria especial”, que, em verdade, era um perfil de morador da Maré e mais, já que a edição já trazia a seção *Perfil*.

domésticas e de bem-estar; a coluna “Aconteceu na Maré”, com notas sobre eventos decorridos nas últimas semanas na região; a seção “Cidadãozine”, voltada para o público jovem; a “Página de Rascunho”, com poesias, cartas de leitores e desenhos; a seção “Cantos e Contos da Maré”, com produções literárias mais sofisticadas dos moradores; e a seção “Nas Redes do Ceasm”, com informes institucionais; além de matérias sobre esportes – com destaque para os times de futebol locais –, receitas, passatempos (em parceria com a Coquetel, da Ediouro), e mais.

Basicamente, a matéria principal costuma trazer “um tema pertinente a todas as comunidades, permitindo a abordagem bairro como uma unidade” [PINTO, 2000:54]. Os temas variam do comportamento à política, cobrindo um espectro que passa pelos jovens do século XXI [ed. 12], pelo governo Lula [ed. 26 e tb ed. 38 e 55], pela cultura e lazer cultural [ed. 32], pela mulher na Maré [ed. 33], pelo medo [ed. 35], pelo desemprego [ed. 40], pelo “caveirão” [ed. 44], pela derrota na Copa do Mundo [ed. 45], pela tevê digital [ed. 49] e assim por diante. Mesmo os exemplos de temáticas nacionais são sempre aproximados para a cultura local, pois a idéia é sempre territorializar [PINTO, 2004:116] o jornal.

Além disso, uma tática utilizada pelos veículos de comunicação comunitária e reinterpretada com sucesso pelo Cidadão é a questão dos enquadramentos. De acordo com Tanni Haas [2007:72], iniciativas de jornalismo público nos moldes do jornalismo cidadão avaliam que o tratamento dado às notícias deve focar na “longa-duração” (diga-se de passagem um conceito tipicamente *histórico*) e nos assuntos intrinsecamente relacionados à comunidade. Para ele [HAAS, 2007], como para Iyengar [1991], o chamado enquadramento episódico é na maioria das vezes problemático, porque “torna difícil para as audiências entenderem como eventos aparentemente desconexos se relacionam, e ainda apreciar a conjuntura das forças sociais, políticas e econômicas que impactam esses eventos” [HAAS, 2007:90, tradução minha]. Aos enquadramentos episódicos, meramente noticiosos, se contrapõem,

portanto, os enquadramentos temáticos, como propostos por Iyengar [1991], que abordam a notícia com vistas a estimular o debate público. NO Cidadão, geralmente as matérias são temáticas e têm o objetivo de gerar reflexão, tornando o veículo um instrumento que ao mesmo tempo é canal de expressão de seu público e o ajuda a formar e/ou encontrar sua identidade [CAREY apud HAAS, 2007:29]¹⁰⁴.

Seguindo a lógica de “tirar o cidadão comum do anonimato imposto pela mídia [...] e transformá-lo em personagem de uma nova criação narrativa contada a partir da perspectiva e referência local” [PINTO, 2001:12], foi formulada a seção “Perfil”, em que um personagem é alçado à condição de exemplo de vida, através da apresentação de sua trajetória. Nessa perspectiva, comentando sobre os estudos acerca do jornalismo público, Tanni Haas [2007:88] aponta que a personalização do testemunho do cidadão – acompanhada da generalização do testemunho dos atores de elite – concede uma face humana ao tema abordado. E, de acordo com Carlinhos [2008:depoimento oral], o objetivo maior é que essas pessoas sejam apresentadas à comunidade de maneira geral, integrando e congregando os moradores em torno da idéia de que enfrentam dificuldades semelhantes e têm histórias de vida dignas e “batalhadoras”.

Mas a valorização do argumento histórico não se restringe à apropriação individualizada dos perfis de moradores. A principal seção do jornal comunitário – com base na visão de 20,7% dos leitores¹⁰⁵ – é a página de “Memórias da Maré”, que ocupa a contracapa das edições. O objetivo da coluna é sempre mostrar ao morador como se deram as intervenções urbanísticas na área da

¹⁰⁴ O texto original de Carey é: CAREY, James. *Community, public, and journalism*. In: BLACK, J. (org.). *Mixed news: the public/civic/communitarian journalism debate*. Mahwah (EUA): Lawrence Erlbaum, 1997.

¹⁰⁵ Realizada em 2003, a pesquisa não leva em consideração o surgimento do *Museu da Maré* três anos depois e nem o fato de a primeira série de artigos, relacionados à pesquisa de Carlinhos e Marcelo, ter se encerrado. Talvez, portanto, este dado esteja defasado, mas, ao menos nas conversas que travei com moradores a respeito dessa seção, a impressão foi a melhor possível.

Maré e como as comunidades possuem laços que as unem em suas origens. Nela, ganhou sentido a pesquisa que Carlinhos e Marcelo empreenderam sobre a história da região [cf. capítulo 4 desta dissertação], do ano de 1500 aos dias atuais, que foi, em capítulos, sendo publicada no Cidadão. E, ao fim da primeira série, quando o modelo de seqüência cronológica se esgotou, a página organizada pela Rede Memória passou a publicar relatos sobre atividades institucionais de seus coordenadores e, mais adiante, artigos sobre os objetos expostos no museu, aprofundando-se na história dos cenários e utensílios e em como eles foram parar na exposição.

A abordagem histórica, no entanto, não está restrita à última página do jornal. Posso dizer, sem incorrer em erro, que história e memória permeiam todas as páginas de todas as edições do Cidadão. Uma simples matéria sobre o fechamento de casas lotéricas da Caixa Econômica Federal na região pode trazer um curioso subtítulo “A História da Maré vista nos bilhetes das Casas Lotéricas” [ed. 49]. Ou uma matéria sobre os transtornos causados pelas constantes chuvas de Verão pode trazer um box informativo narrando sobre como “A Maré já foi uma região alagada” [ed. 45]. A orientação para este tipo de enfoque é certamente uma herança do projeto político do Ceasm. Em termos de projeto comunicacional, a preservação da memória local é, na Maré, o gancho encontrado para a construção de uma identidade “mareense”.

2.3. Mareense!? Existe isso?!

E aquele papo de mareense? Ok, a gente confessa: essa palavra é invenção do jornal

[O Cidadão]

Uma passagem de meu caderno de campo: entro na estreita lan house, que é também um bazar e uma papelaria, e peço para me tirarem xerox de algumas páginas do jornal *União da Maré*, que eu havia tomado emprestado do Arquivo Documental Orosina Vieira (Adov), a fim de reproduzi-lo para minha pesquisa. Na ocasião, eu

tinha autorização de Luiz e Carlinhos, através de JB¹⁰⁶, para fazê-lo. Estava de posse das folhas amareladas pelo tempo, mimeografadas, do jornalzinho da década de 1980. Um menino na lan house olhava fixamente para os papéis enquanto a atendente me tirava as cópias solicitadas. Eu o olhei de volta e sorri. Ele não agüentou:

Moço, esse é o jornalzinho desse mês?

Não é demais explicar que o menino se referia ao Cidadão e não ao *União da Maré*. Na cabeça daquela criança, o jornal O Cidadão é uma realidade, é o “jornalzinho”, em sentido estritamente carinhoso jamais pejorativo. É o “nosso jornalzinho”, como ouvi outros jovens se referirem a ele [a esse respeito, cf. tb. o relato de PINTO, 2004:113]. Ou ainda a “nossa revistinha”. Toda esta identificação é fruto do trabalho de construção de imagem e identidade na comunicação comunitária do Ceasm.

Em uma área com cerca de 130 mil habitantes e um percentual médio de analfabetismo de 8%¹⁰⁷, alcançar mais de 50% de leitores, entre eventuais e habituais¹⁰⁸, tendo apenas uma tiragem de vinte mil exemplares, é uma marca considerável. Significa, por exemplo, que cada exemplar circula para, pelo menos, três pessoas¹⁰⁹.

¹⁰⁶ JB, ou João Batista, é um dos funcionários da Casa de Cultura do Ceasm. É um jovem em idade de vestibular e deve optar, segundo me disse pelo curso de Letras, a despeito das “pressões” do pessoal da Casa de Cultura para que ele curse museologia.

¹⁰⁷ Os dados são do Censo Maré 2000.

¹⁰⁸ Os dados sobre o percentual de leitores do Cidadão referem-se à pesquisa empreendida em 2003 na região pelo Observatório Social da Maré, do Ceasm. A pergunta feita aos moradores dizia respeito à quantidade de vezes em que eles já leram O Cidadão; os leitores classificados como “habituais” leram mais de três vezes o jornal. Os leitores “eventuais” leram menos de três vezes.

¹⁰⁹ Os dados dão conta de que 9,1% dos moradores recebem o exemplar do Cidadão de amigos e parentes.

Tabela 2.1

	mais de três vezes*	menos de três vezes*
quantas vezes já leu uma edição dO Cidadão?	34,8%	17%

FONTE: Observatório Social da Maré (Ceasm)/2003

* cf. nota 26.

Tabela 2.2

	qual a seção que mais gosta no jornal?
<i>Memórias da Maré</i>	20,7%
matérias do cotidiano	10,7%
<i>Perfil</i>	6%
<i>Como a Vovó Dizia</i>	5,1%

FONTE: Observatório Social da Maré (Ceasm)/2003

A distribuição dO Cidadão é, portanto, um dos pontos-chaves de sua atuação. No início, ela era feita pela equipe da Rede de Atendimento Local (RAL-Maré), responsável pela prestação de serviços comunitários de distribuição de energia elétrica, e que percorria as ruas da Maré para disponibilizar o jornal em associações de moradores e no comércio local [PINTO, 2000:62]. André Luís [id.:ibid.] conta ainda que outra iniciativa importante foi pedir a alguns jornalheiros da área da Maré que, nos fins de semana, encertassem O Cidadão em meio aos cadernos dos jornais tradicionais vendidos. Esta medida, juntamente com a constituição de um sistema de mala-direta, garantiu ao veículo uma circulação exógena. Pensa-se também em criar uma espécie de assinatura do jornal, mas o modelo hoje esbarra na gratuidade dos exemplares. Contudo, a principal via de distribuição dO Cidadão segue sendo a metódica entrega em domicílio. A equipe de bolsistas que atua na distribuição mapeia as áreas de acordo com indicadores próprios e articula uma entrega nas casas, no comércio e em pontos de alta circulação, como a Casa de Cultura do Ceasm, que tem um *display* apresentando a última edição do jornalzinho na entrada do *Museu da Maré*.

Mas a questão da distribuição cobre apenas parte das razões pelas quais O Cidadão tornou-se uma experiência de vanguarda no âmbito da comunicação comunitária e em especial na área da Maré. O trabalho identitário segue muito além do esquema *peer-to-peer* de distribuição. Ao afirmar-se como “o jornal do bairro Maré”, O Cidadão não só faz uso da política de reapropriação da categoria urbana “bairro”, própria do Ceasm, mas também aponta na direção de se afirmar como jornal de bairro, portanto, um veículo que compete em pé de igualdade com outros jornais de bairro, ainda que seja produzido em uma favela. Trabalhando a Maré como bairro, O Cidadão permite-se integrar comunidades que sequer se identificam, ainda hoje, como pertencentes à circunscrição da Maré. Em determinada ocasião [ed. 27], por exemplo, a equipe de reportagem do jornal comunitário entrevistou o presidente da Associação de Moradores de Marcílio Dias e o ouviu dizer que a comunidade não faz parte da Maré, e, sim, da Penha Circular. Para ele, integrar a Maré seria inclusive incorporar o estigma de uma região pobre e marginalizada.

Não pretendo me estender sobre a intenção política por trás da adoção da categoria “bairro” por parte das ações do Ceasm¹¹⁰, mas, entendendo a imposição desta categoria verticalmente a partir de um decreto municipal¹¹¹, quero crer que a dinâmica proposta é quase subversiva. Afinal, afirmar-se como bairro é, em si, um exercício de cidadania. Para mim, como para André Luís, é uma atitude que expressa “uma figura arquetípica da comunicação comunitária” [PINTO, 2004:114]: a imagem de uma população que é capaz de apropriar-se das formas de dominação a que está exposta e transformá-las, como se transforma *energia!*

Um exemplo na dissertação de André Luís [PINTO, 2004:114] me chama a atenção: uma matéria sobre um vazamento de esgoto na

¹¹⁰ Mais detalhes sobre esta questão podem ser conferidos na dissertação de Cláudia Rose Ribeiro da Silva [2006].

¹¹¹ A Maré foi reconhecida como bairro a partir da Lei Municipal nº 2.119, de janeiro de 1994.

comunidade Salsa e Merengue (Conjunto Novo Pinheiro) foi capaz não apenas de gerar repercussão para que a obra fosse realizada pela Cedae, como também motivou um contato da equipe da companhia a fim de buscar o endereço correto, já que ele havia sido publicado com erro. Segundo André [id.:ibid.], um dos funcionários ainda pediu que casos como aquele fossem, de fato, divulgados pelo jornal comunitário. É uma representação quase folksonômica¹¹², em que o movimento da informação se dá de baixo para cima, ao invés da lógica de massa tradicionalmente orientada de cima para baixo.

Um último questionamento que não posso me furtar de fazer diz respeito à construção de uma identidade *mareense*. Um dos raros gentílicos de bairro (conheço apenas outros dois para bairros do Rio de Janeiro: o *tijucano* e o *paquetaense*), apesar da leitura atenta¹¹³, não pude precisar em que edição nasceu o termo. Apenas sei que o próprio jornal criou a palavra e que a edição 27 foi dedicada a ela, com “Reflexões sobre um bairro em formação” [ed. 27]. A argumentação construída por André Luís [PINTO, 2004:130] em sua dissertação dá conta de que não se trata de um mero rótulo, mas de “uma referência identitária disponibilizada para apropriação da população”. Nesse sentido, tornar um morador de Marçílio Dias tão mareense quanto um morador do Timbau é um projeto de fôlego que guarda semelhanças com o dispositivo das pétalas da flor que simbolizava a união da Maré à época da Codefam.

¹¹² Folksonomia é uma expressão que se apresenta em oposição à taxonomia. Seu uso se dá, geralmente, em meios digitais quando o assunto é organização e recuperação da informação. Ao contrário da taxonomia, que organiza os conteúdos em um esquema hierárquico, a folksonomia os dispõe em conjuntos, possibilitando que haja interseções entre as diversas categorias. É dita folksonomia pela apropriação do radical folk-, que aponta para uma organização da informação guiada pelo saber popular.

¹¹³ No Adov, tive contato com todas as edições (talvez com exceção apenas de uma ou duas não catalogadas) do Cidadão, em uma pasta classificada. Na ocasião, assessorado por JB e Cristiano, na Casa de Cultura do Ceasm, pude anotar o que me chamava mais atenção nas edições e recolher algumas cópias sobressalentes para pesquisa. Disponho, hoje, de cerca de quinze edições originais do jornal comigo.

A reportagem indica que, aos poucos, mesmo as estruturas formais da cidade – como as placas de trânsito e os painéis de itinerário dos ônibus – vão fazendo uso do nome “Maré”. Mas os moradores – que são peça fundamental para que essa identidade se afirme –, seja porque sentem na pele o preconceito dos outros ou porque “juram de pés juntos que residem em Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Penha” [ed. 27], alguns deles ainda relutam. Mesmo assim, o adjetivo tem sido usado não apenas pela equipe do Cidadão ao redigir suas matérias mas pelos moradores que contatam o jornal, através de telefonemas, cartas ou emails. O que vejo é que, surgindo “sorratamente”, a categoria vem passando a integrar o discurso engajado da população local quase como um sinônimo das antigas categorias “povo”, “trabalhador”, “favelado”. Ser mareense é conjugar auto-estima e mobilização política, e propor um debate sobre a apropriação da favela como espaço de afirmação de identidades. Ser mareense é pertencer à “nação Maré”¹¹⁴ e integrar, por que não?, a esfera pública local. Ser mareense,

Na verdade, é uma espécie de lembrança. É uma sutil brincadeira para deixar algumas questões presentes no leitor. Mesmo reconhecendo toda diversidade e multiplicidade do que é a vida nas 16 comunidades da Maré, é também preciso reconhecer que certos laços unem aqueles que ficaram à margem da Avenida chamada Brasil. A histórica herança da desigualdade e exclusão social do país é um exemplo. A arrogância do tratamento pelo poder público, outro.

Chamar o morador de mareense é antes de tudo fazer um convite. É convidar a população para a formação de uma comunidade política ativa capaz de intervir nas 16 comunidades da Maré e na cidade. É reconhecer que o bairro não está pronto, mas em formação. E que existe condições de se pensar e construir a Maré a partir dela própria [ed. 27].

¹¹⁴ Em algumas ocasiões tive oportunidade escutar esta expressão. Nação Maré é, a rigor, o nome adotado por um grupo de rap e hip hop. Mas, para mim, responde bem à conceituação de um “complexo” de favelas.